

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES LUTA DOS TRABALHADORES DA TAP

Já antes de 25 de Abril os trabalhadores da TAP, nomeadamente a classe operária, tinham dado sobejas provas da sua capacidade de luta, nomeadamente aquando da greve de Julho de 1973, originando toda a carga violenta e repressiva da Polícia de choque ao ponto de terem sido disparados diversos tiros de pistola e metralhadora e haverem diversos feridos, alguns com graves consequências. Nessa altura os trabalhadores da TAP voltaram a entrar em greve, motivando todo um reboleço governamental e público que merece bem ser analisado.

Porquê então a actual greve dos trabalhadores da TAP?

Após o 25 de Abril, concretamente a 2 de Maio, os trabalhadores da TAP em grande concentração junto do Edifício da Administração exigiram a demissão dessa mesma administração, cujo trabalho estava bem cravado na pele dos trabalhadores através das repressões e despedimentos exercidas sobre aqueles que os chefes «bufavam» ser os mais activistas. Era pois, como tantas outras, uma grande peça da máquina há longos anos aqui montada.

Com a expulsão da Administração fascista, a Comissão Sindical, então existente, elaborou um caderno reivindicativo, para cuja discussão não houve tempo de amplos debates nas bases e foi entregue à Junta de Salvação Nacional nesse mesmo dia ou na manhã do dia seguinte.

Entre vários pontos desse caderno reivindicativo destacavam-se, os que diziam respeito à eleição de uma Comissão Administrativa composta por seis elementos, três dos quais seriam eleitos pelos trabalhadores e os restantes pela Junta de Salvação Nacional e a autogestão da empresa.

Tanto num como noutro destes pontos os trabalhadores foram traídos mas retiraram boas experiências!

Num plenário realizado a 5 de Maio no Coliseu dos Recreios os trabalhadores da TAP não só ratificaram o caderno reivindicativo como elegeram os seus três representantes para a Comissão Administrativa. Foram precisamente eleitos dois trabalhadores que faziam parte dessa Comissão Sindical e eram dirigentes sindicais — José Lourenço, dos Serviços Administrativos e o comandante Duarte Soares, do Pessoal de Voo. O terceiro representante já tinha sido igualmente dirigente sindical dos Metalúrgicos de Lisboa em 1970.

Com esta presença de trabalhadores da TAP na Comissão Administrativa e para mais sendo da confiança das bases e ainda porque se estava no início das negociações da revisão do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) fez com que as lutas na TAP, principalmente a nível operário, «afrouxassem» um pouco, pois os trabalhadores entendiam ter aberto todo um caminho fácil para a reso-

lução dos seus problemas fundamentais, uma vez que dois trabalhadores que estiveram na base da elaboração da proposta para a revisão do ACT, ali estavam agora do lado oposto, ou seja do lado dos patrões. Pura ilusão esta, pois não se fez esperar muito tempo que estes trabalhadores, decidissem, ao contrário do que haviam prometido, muito «democráticamente» entre o elenco directivo que «para trabalho igual salário igual!» Isto deu azo a que o José Lourenço e o Carlos Alves vissem os seus salários elevados de 8 e 11 contos respectivamente, para 52 650\$00! É evidente que com esta medida os trabalhadores desconfiaram! Para a maioria, naturalmente, não representava isto nem mais nem menos do que uma compra do capital.

O trabalho desenvolvido pela C. A. após esta «promoção» está bem expresso nos seus comunicados «ditadores», onde chega à pouca vergonha de caluniar largamente todos os trabalhadores da Empresa quer fossem activistas ou não... para depois também se «lamentar» que não tinha apoio efectivo dos trabalhadores e do Governo. O seu trabalho na realidade desenvolvia-se todo ele dentro dos gabinetes, consequentemente, a leste dos trabalhadores. A Acção dos Administradores Trabalhadores no tocante ao A. C. T. saldou-se também por paragens de negociações absolutamente injustificáveis, fazendo «patinar» e

adiando a resolução do problema que os trabalhadores deviam ser rapidamente decidido. A este boicote das negociações também a Comissão Sindical com uma actuação desgarrada da movimentação das massas, a par de um sem número de cedências, acabou por deixar de ter a confiança dos operários, já que estes observavam que para além da sua actuação paternalista, a Com. Sindical deixava transparecer interesses que nada tinham a ver com os verdadeiros interesses dos operários e até da grande massa trabalhadora. É bom explicar que existem na TAP classes como o do Pessoal de Voo que com 40 horas de trabalho (vão) por mês, ganham 40, 50, 60, 70 e até mais de 80 contos por mês. Além disto fazem parte desta Comissão Sindical outros sindicatos pequeno ou médio-burgueses, conjugado com linhas partidárias reformistas, mais não faziam do que «travar» e boicotar as justas posições tomadas pelos operários na perspectiva da sua luta e nos processos que entendiam ser os melhores para a defesa dos seus interesses. Plenários conjuntos houve em que a condução da Assembleia era falseada com «extravios» de propostas operárias apresentadas à mesa!

Apesar de toda esta infeliz actuação em 31 de Julho sai de toda uma bastante concorrida Assembleia na Voz do Operário a aprovação de mais uma forma de luta, para a resolução da nova paralização do ACT...

o envio de um telegrama ao Ministro do Trabalho a lamentar a interrupção e a «exigir» o recomeço das negociações.

Assim se dá o divórcio do pessoal de Manutenção (DME) que decide tomar nas suas mãos a condução do processo e avança para a feitura do caderno reivindicativo que é apresentado à Comissão Administrativa em 19 de Agosto findo com a aderência da maior parte do pessoal da Companhia.

Fazem parte desse caderno segundo vontade expressa dos trabalhadores os seguintes pontos:

— Saneamento dos indivíduos que têm posições anti-operárias.

— Apuramento dos responsáveis do 12 de Julho de 1973.

— Revisão de salários através de aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o leque salarial e congelamento de salários superiores a 16 000\$00.

— Aplicação imediata dos horários já acordados nas negociações do ACT.

— Castigo dos responsáveis pelos despedimentos repressivos efectuados até 25 de Abril.

— Não aceitação dos despedimentos sem justa causa.

— Que o Posto médico esteja aberto 24 horas com garantia de clínico e permanência de ambulância.

Os comunicados inseridos neste jornal dão-nos um panorama mais completo da situação actual na TAP

EDITORIAL

O desenvolvimento da luta de classes em Portugal e nas colónias após o 25 de Abril e o trabalho prosseguido ao longo dos cinco números do jornal COMBATE, forcem-nos hoje a acrescentar à nossa plataforma inicial em 9 pontos (apresentada no MANIFESTO DO COMBATE) um ponto, que ficará a constituir o número 10 do Manifesto: A LUTA PRÁTICA DESENVOLVIDA PELOS TRABALHADORES CHEGA NO SEU PROCESSO (ESPONTÂNEO) A FORMAS ANTAGÓNICAS COM O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, e a aprofundar o ponto número 2 do referido Manifesto: A LUTA ANTI-COLONIAL DEVE DESENVOLVER-SE COMO SOLIDARIEDADE ACTIVA E MILITANTE ENTRE OS EXPLORADOS EM PORTUGAL E OS EXPLORADOS AFRICANOS.

1 — A LUTA PRÁTICA DESENVOLVIDA PELOS TRABALHADORES CHEGA NO SEU PRÓPRIO PROCESSO (ESPONTÂNEO) A FORMAS ANTAGÓNICAS COM O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Os trabalhadores, directamente sujeitos à exploração capitalista, respondem espontaneamente a essa exploração com reivindicações de carácter económico (aumentos de salários, melhoria das condições de trabalho, etc.), que em si não põem em causa o modo de produção capitalista. Mas as formas organizativas desenvolvidas para atingirem aqueles objectivos iniciais entram em completo antagonismo com a organização do trabalho no capitalismo e com as formas gerais de relação na sociedade, ou seja, as relações mútuas entre os trabalhadores na prática comum de luta.

Assim, ainda que temporariamente, os trabalhadores conseguem impor, pela luta, em cada empresa novas formas de organização do trabalho: abolindo as hierarquias, acabando com a separação do produtor relativamente ao processo de trabalho. Estas formas não se conseguem impor duravelmente com o modo de produção capitalista e com a base tecnológica do processo de produção capitalista, mas são a base material da consciência das novas relações de produção — as relações de produção comunista, para todos os trabalhadores envolvidos na luta. Quer dizer, pelo desenvolvimento da sua prática de luta reivindicativa, os trabalhadores chegam ao antagonismo com as relações sociais de produção e à consciência — ou a formas de consciência — desse antagonismo.

Mas não se constrói o comunismo só pela adição de experiências limitadas fábrica a fábrica. A derrota do capitalismo tem de passar pela destruição do seu centro nevrálgico — o Estado: as relações entre todos os capitalistas, o aparelho repressivo, etc. Mas também não se chega ao comunismo sem o terreno base dessas experiências.

Pretender que se chega a novas relações de produção só porque alguns trabalhadores (os políticos), que são os únicos conhecedores da linha a seguir por todos os trabalhadores, conseguem mobilizar as massas trabalhadoras para o derrube violento do tipo de Estado existente, é estar a perpetuar as classes. Só se chega a relações de produção comunistas se as massas trabalhadoras já tiverem adquirido consciência, através da sua prática de luta, dessas mesmas relações. De contrário,

(Continua na pág. 3)

TRABALHADORES G.P.A. EM GREVE

Os trabalhadores do G.P.A. estão em greve há mais de um mês e uma semana. A administração do atelier continua a não dar satisfação às nossas reivindicações servindo-se, para isso, quer da traição de vários indivíduos, entre eles os delegados sindicais, quer da ausência de uma posição clara dos representantes do Ministério do Trabalho.

A importância dos Trabalhos do G.P.A. e os conhecimentos profissionais dos patrões

O G.P.A. — Grupo de Planeamento e Arquitectura — é um atelier destinado à elaboração de estudos e projectos de planeamento e de arquitectura. É propriedade de dois arquitectos que são também os seus administradores. Tem realizado trabalhos como a Revisão do Plano Director da Região de Lisboa (este em colaboração com a GEFEL, empresa do mesmo ramo de que, à época, era co-proprietário um dos filhos do Marcello Caetano), o Plano Geral de Urbanização da Região de Castelo Branco, o Plano Parcial do Concelho de Almada, os Planos de Recuperação da Branda, Falagueira, Galinheiras, Casais de Cambra, Porto Salvo, etc., na parte de Planeamento. E os Projectos do Prédio da Sociedade de Escritores, Fábrica Sado-Internacional e da Fábrica Portugal, entre outros, no ramo de Arquitectura.

O currículo do G.P.A. é longo e a importância dos trabalhos públicos que lhe têm sido confiados antes do 25 de Abril só é comparável à importância política de algumas das personalidades que têm aqui colaborado (caso do engenheiro Azevedo Melo, do economista Sérgio Ribeiro, do eng.º Hugo Blasco Fernandes, eng.º Lobato Faria, do arquitecto Ribeiro Telles (actual Secretário do Estado do Equipamento Social e do Ambiente), dr. Pereira de Moura, etc.).

Mas, para além destes colaboradores com uma prestação de trabalho ou de serviços ligados directamente à administração, há no G.P.A. cerca de 60 trabalhadores permanentes. São eles 9 arquitectos, 11 técnicos de desenho, 10 estudantes de arquitectura com funções de desenhadores, 7 empregados de escritório, 1 advogado, dois fotógrafos, dois maquetistas, dois motoristas, dois documentalistas e diversos consultores. Os ordenados variam entre 2 contos (full-time) e 30 contos (part time).

Um Patrão Paternal

Esta autêntica família governada paternalmente pelos patrões esta empresa «sem capital», no dizer do arquitecto Maurício de Vasconcelos, que teve as suas crises de crescimento, «como um filho», (ainda segundo o mesmo administrador) nunca tinha enfrentado uma crise como esta. Até aqui, as crises, os problemas que surgiam, as arbitrariedades que eram cometidas, os despedimentos que eram feitos celicamente (em função da maior ou menor afluência de contratos para os patrões), as desigualdades nos ordenados, a exploração desenfreada da força do trabalho dos empregados mais jovens e dos menos qualificados, as sacanices, as arbitrariedades, tudo isso se diluía, e passava em claro, a coberto da indefinição das relações de trabalho. O contacto directo do patrão com os empregados, as intrigas, uma secretária com um espírito policioso, especialmente desenvolvido, ordenados altos aos colaboradores mais chegados, e uma fachada exterior progressista, são uma série de circunstâncias que, somadas a um espírito conciliatório que via uma auto-justificação no «tradicional inconformismo» do patrão permitiam que passasse em claro a relação de exploração entre patrões e administradores de uma empresa e os trabalhadores que empregam.



Depois do 25 de Abril

O 25 de Abril e o conhecimento público mais generalizado de todo o movimento reivindicativo que os trabalhadores havia vários meses vinham a desencadear por todo o País, a generalização de conversas acerca da situação social do País, as tomadas de posição de cada um, contrastaram com a total inexistência de alterações na situação de trabalho no G.P.A.

As arbitrariedades da secretária da administração tornavam-se de dia para dia mais prepotentes, a administração boicotava, convertendo-as em questões pessoais, várias tentativas para a elaboração de um caderno reivindicativo, chegando ao ponto de proibir reuniões nos locais de trabalho se não fosse pedida autorização prévia; quanto a reuniões durante o período de trabalho, nem falar nisso. A administração forçou inclusivamente a sua presença a reuniões dos trabalhadores.

Estas primeiras tentativas levaram a uma definição de posições em que alguns dos elementos com ordenados mais altos ou com participação nos lucros se punham ao lado da administração ou em posição pretensamente neutral.

A continuação deste trabalho foi delegada numa comissão e morreu temporariamente.

Entretanto, e dadas as previsíveis alterações na política governamental e das autarquias locais no que se refere a critérios de planificação urbanística, o futuro dos contratos do G. P. A. tornava-se incerto. E com o futuro dos contratos de planeamento, também o futuro do emprego dos trabalhadores se tornara periclitante.

A decisão da greve e da ocupação

A recusa da administração em garantir trabalho a uma série de trabalhadores quando regressassem de férias, conjugada com o despedimento insultuoso de um de nós, fundamentado numa denúncia caluniosa da secretária, foram o rastilho.

Convocada uma reunião de emergência para 30 de Julho à tarde, logo a seguir ao despedimento, foi aí decidida greve com ocupação e constituida uma comissão encarregada de velar pela aplicação das decisões mais imediatas.

No dia seguinte às 9 da manhã os trabalhadores compareceram no atelier (os dois delegados sindicais tinham entretanto saído de férias no fim do dia anterior) e comunicaram à secretária a sua decisão de assinar e de que ela saísse telefonando

previamente a um dos administradores para lhe comunicar a situação e lhe pedir uma resposta.

O caderno reivindicativo foi entregue ao advogado Carlos Barbeitos, empregado no G.P.A., que se apresentou como emissário da administração; trata-se de um antigo dirigente estudantil ligado aos meios de democratas portugueses. Os Sindicatos dos Técnicos de Desenho e dos Empregados de Escritório, contactados, enviaram membros das respectivas direcções; entretanto, os delegados sindicais reaparecem no G.P.A., já na 2.ª feira seguinte, dia 5.

Os dirigentes sindicais

Ao mesmo tempo que decorriam as discussões para uma melhor explicitação do caderno reivindicativo, os elementos das direcções dos dois sindicatos referidos atrás, intervêm no processo. A sua intervenção mais elucidativa foi quando um dos administradores, que estava proibido de entrar no atelier até aceitar uma base mínima para negociações, combinou encontrar-se com eles precisamente dentro do atelier.

No decurso da confusão provocada pelo facto de os dois referidos dirigentes dos sindicatos pôrem reticências à sua saída para terem o encontro fora do atelier, deu-se o primeiro confronto aberto com os delegados sindicais no G.P.A. e com os restantes indivíduos que viriam a furar a greve.

O patrão que se vinha encontrar com os dirigentes sindicais tentava entrar pela força e é impedido de o fazer pelos trabalhadores. E nomeada uma comissão para ir fora do edifício saber se há alguma resposta às reivindicações. Enquanto tudo isto decorre os dirigentes sindicais mantêm-se prudentemente como observadores. E logo a seguir vêm demagogicamente perguntar em assembleia geral de trabalhadores «se podem ser úteis». Os trabalhadores deixaram a resposta ao seu cuidado. Nem os sabotadores, apesar de se mostrarem preocupados com a pergunta, tiveram descaramento para ainda lhes responder.

Abertamente com o patrão

A partir daqui, o processo evoluiu por entre calúnias sucessivas da parte do grupo de sabotadores animado pelos delegados sindicais com a participação de vários arquitectos, de elementos com participação nos lucros da empresa e de mais alguns e com sucessivas tentativas para atacar o caderno reivindicati-

vo, que não se atreviam a criticar abertamente até aí.

Daqui até ao seu abandono da ocupação, a meio de uma assembleia geral em que foi desmascarado o facto de manterem contactos secretos com os patrões e em que não conseguiram fazer aprovar uma proposta com que pretendiam tomar nas mãos a direcção da luta, para melhor a sabotarem, foi um passo.

As acusações de dirigismo e antidemocraticidade no processo — caluniosas, como não podia deixar de ser —, compreendem-se, assim, quando inseridas no conjunto da actualização destes sabotadores. Os patrões, acolitados por estes traidores e usando a sua experiência sindical e de manipulação de movimentações de trabalhadores e servindo-se, além disso, do seu abandono da ocupação do atelier como mais um argumento, movem-nos ataques, uns a seguir a outros.

O Ministério do Trabalho e a Lei Anti-Greve

O Ministério do Trabalho, após sucessivos adiamentos de contactos resolveu-se a apresentar uma proposta da plataforma, a ser aceite pelos trabalhadores e pela administração. Considerando que essa proposta responderia aos pontos fundamentais e mais urgentes das reivindicações dos trabalhadores, estes deram o seu apoio à proposta de plataforma do Ministério, condicionando-o apenas à sua aprovação por parte dos patrões.

No dia 1 de Setembro, 2.ª feira, os traidores, apresentam-se à porta depois de quinze dias de ausência. Ao mesmo tempo que eles, comparece o patrão arquitecto Maurício de Vasconcelos, que tenta entrar mais uma vez pela força. Não consegue os seus intentos. E depois disso, dirigem-se todos para o anexo do atelier, aberto entretanto por ordem dos patrões. A mais esta tentativa do patrão e dos traidores de acabar com a greve pela força segue-se um volte-face do Ministério do Trabalho que se propõe agora, invocando uma «Reunião Plenária de Trabalhadores» em que estavam presentes desde a secretária saneada até estranhos ao G.P.A., fazer os trabalhadores darem-se por satisfeitos com metade —, e a metade menos vinculativa para os patrões — da plataforma que inicialmente o próprio Ministério tinha proposto. A recuar desta maneira, os trabalhadores em greve admitiriam, até, possibilidade de serem despedidos, o que a entidade patronal não deixaria com certeza de tentar fazer.

Foi este o papel que o Ministério de Trabalho desempenhou até agora nas negociações: tentar forçar-nos a

recuar até às posições que a administração pretende ver aceites, abridos, inclusivamente, a porta a despedimentos contra os quais, à primeira vista, estaria a lutar.

— A posição final do Ministério do Trabalho, perante uma recusa dos patrões em negociar para além das suas concessões irrisórias, foi a de «slavar as suas mãos» no assunto, como não podia deixar de ser, remetendo, em última análise, o problema para a aplicação da lei da greve.

O facto de nós, os trabalhadores em greve, estarmos, à primeira vista, sob a alçada da lei da greve, é a última esperança dos patrões para resolverem o conflito a seu grado. E é nesse sentido que o comunicado que os traidores mandaram para os jornais diários no dia 9 de Setembro faz uma ameaça directa aos trabalhadores. Nós não nos intimidaremos.

A POSIÇÃO DOS TRABALHADORES

A nossa posição mantém-se firme. Para nós, trabalhadores do G.P.A. em greve, o ataque movido através de comunicados mandados recentemente para jornais diários, de calúnias, de acusações e provocações politiquieiros, de «interesses inconfessáveis» — estes, sim, os dos traidores, que não osusam dizer abertamente o que os seus actos demonstram: que estão ao lado dos patrões! — tudo isto só prova que a nossa atitude corresponde à defesa de uma posição de classe. Nós estamos contra os patrões; é isto o que eles pretendem provar e é isso o que os patrões sabem muito bem. Além de dizerem que não somos a maioria dos trabalhadores desta empresa, o que é mentira descarada, pretendem instaurar junto de outros trabalhadores que somos «quadros». Contra isso basta-nos lembrar que a média dos ordenados dos traidores é aproximadamente o dobro da média dos ordenados dos trabalhadores que asseguram a greve e a ocupação; e isto, sem incluir na média dos traidores os «ordenados» dos patrões, que se reúnem com eles.

Nós sabemos donde nos pode vir o apoio. Sabemos que é na solidariedade activa dos trabalhadores que reside toda a nossa força. E que, para se andar para a frente, é preciso passar por cima de todos estes sabotadores facilmente identificáveis por qualquer trabalhador que luta intransigentemente pelos seus interesses!

Contra os despedimentos!
Contra as provocações do patronato e de todos os seus acólitos!

OS TRABALHADORES DO G.P.A.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Semestral	45\$00
Anual	90\$00
Apoio (anual)	150\$00

O pagamento deve ser feito no início da assinatura e enviado por cheque ou vale do correio para a nossa direcção provisória, em nome da directora interina.

EDITORIAL

CONTINUAÇÃO DA PRIMEIRA PAGINA

nova sociedade de classes se formará, em que as elites políticas, separadas do controlo dos trabalhadores, se transformarão nos novos exploradores e as massas trabalhadoras, simples executoras de planos saídos da cabeça dos «políticos», voltarão a ser exploradas.

Consideramos pois que todos aqueles que, desenvolvendo uma actividade de carácter partidário, considerem secundária a prática dos trabalhadores na sua luta revolucionária e as novas formas sociais e de trabalho que espontaneamente criam nessa prática, nunca poderão desenvolver no jornal COMBATE um trabalho activo. Nunca poderão compreender a importância deste jornal e do trabalho que ele se propõe desenvolver.

II — A LUTA ANTI-COLONIAL DEVE DESENVOLVER-SE COMO SOLIDARIEDADE ACTIVA E MILITANTE ENTRE OS EXPLORADOS EM PORTUGAL E OS EXPLORADOS AFRICANOS

1) Depois de se ter esforçado por seguir a via neo-colonial na Guiné, ainda durante o regime de Marcelo Caetano, e de procurar após o golpe de 25 de Abril prosseguir em Angola e em Moçambique uma política neo-colonial, a grande finança portuguesa que deposita no General Spínola as suas esperanças e os seus anseios procedeu a uma viragem importante: fez saber, através do presidente da República, que estava disposta a aceitar a rápida independência para as colónias.

O discurso do presidente da República a 27 de Julho foi saudado por todas as correntes políticas governamentais como uma acção de grande importância revertendo inteiramente a favor dos trabalhadores das colónias.

Aqueles mesmos que prosseguem em Portugal uma política anti-greves, que nos querem tirar a mais importante arma de luta que possuímos — gritam aos quatro ventos que as medidas anunciadas pelo presidente da República são inteiramente favoráveis aos trabalhadores das colónias!

Aqueles mesmos generais que durante treze anos comandaram a guerra colonial, que após o 25 de Abril procuraram abertamente manter o domínio neo-colonial através da federação — pretendem que as novas medidas são inteiramente favoráveis aos trabalhadores das colónias!

Aqueles mesmos grandes capitalistas, os Mello e os Champalimaud, que têm em Angola e em Moçambique, ou em actividades relacionadas com esses territórios, grande parte dos seus investimentos — dão carta branca ao presidente da República, defendem publicamente na imprensa as novas medidas, declaram-se inteiramente favoráveis aos trabalhadores das colónias!

De tanta abundância súbita, só há que desconfiar.

O que é que levou a grande burguesia portuguesa com o coro reformista, a inverter a sua táctica quanto à questão colonial?

Não foi só o facto de os trabalhadores das colónias serem contrários a qualquer forma de federação neo-colonial. Quando os capitalistas mudam de táctica, é porque possuem outra via de salvação. Se não têm outra táctica possível então lutam desesperadamente, até ao fim, na única que lhes resta. Não foi o caso agora. A táctica da grande burguesia portuguesa mudou muito antes de esta ter podido vir a ser materialmente obrigada a abandonar o caminho da federação neo-colonial. É desta abundância que há que desconfiar.

Se a grande burguesia portuguesa mudou de linha de rumo, é porque outras mudanças, em outros sectores, lhe facilitaram a manobra.

2) Nos últimos meses verificou-se, em Angola e em Moçambique, uma luta operária como não há memória. A grande vaga de greves em Moçambique e, em Angola, as greves e especialmente a grande luta nos muceques de Luanda mostraram que o movimento das massas trabalhadoras africanas ascendia a uma nova fase, entrando numa forma diferente da assumida até então pela luta anti-colonial e extravasando bruscamente os quadros tradicionais dos vários movimentos de libertação.

Por outro lado, os médios e pequenos colonos, para quem a via neo-colonial não é solução nenhuma e que nisso se opõem em absoluto à grande finança, começaram — continuaram... — a armar-se secretamente e em massa, passaram aos atentados e ao terrorismo, desenvolveram uma violência racista feroz.

Quer dizer:

Após o 25 de Abril, os dois principais interlocutores em Angola e em Moçambique eram a grande finança neo-colonial e os movimentos de libertação. O desenvolvimento da luta de

classes, com as grandes greves de Moçambique e a grande luta urbana de Luanda, deixou frente a frente os trabalhadores africanos, conduzidos pelo operariado, e os colonos mais racistas e retrógrados.

Assim, a situação não mudou somente para a Junta de Salvação Nacional e para a sua política neo-colonialista. Mudou também para os movimentos de libertação. Nenhum dos movimentos de libertação de Angola e de Moçambique tomou até agora uma posição claramente anti-capitalista, nenhum se apresenta como pretendendo construir o comunismo, nenhum atribui à classe operária o papel condutor na luta. Não era só o plano neo-colonial da federação que se via ultrapassado, à direita, pelos pequenos e médios colonos. Eram também os movimentos de libertação que se viam ultrapassados, à esquerda, pelas massas operárias que desenvolviam autonomamente o seu combate em luta anti-capitalista.

Qual a solução que se oferecia à grande finança portuguesa, por um lado, e aos movimentos de libertação, por outro?

O grande capital português pode prescindir da federação para continuar as suas posições em Angola e em Moçambique. Desde os princípios da década de 60 que os grandes grupos monopolistas portugueses vêm a associar-se aos grandes grupos estrangeiros e sob a sua cobertura continuarão os investimentos em África.

Por outro lado, as burguesias nacionais africanas e os quadros administrativos e técnicos africanos, que aspiram à independência para desenvolver o seu poder de classe, são as principais forças que orientam os movimentos de libertação num sentido limitadamente nacionalista, sabotando o desenvolvimento da luta anti-colonialista em luta anti-capitalista.

Isto quer dizer que aos grandes grupos monopolistas portugueses não interessava a táctica da federação não podendo conter o activismo dos pequenos e médios colonos brancos. E às direcções dos movimentos de libertação, dominadas pelas burguesias nacionais e pelos quadros administrativos e técnicos africanos, não interessava o desenvolvimento de um processo que estava a transformar decisivamente a luta contra o colonialismo português em luta anti-capitalista.

A ambos os campos a rápida independência apareceu, pois, como a melhor das soluções.

Aos grandes monopólios portugueses, porque contam manter, sob a cobertura das grandes empresas americanas, alemãs ou japonesas, os seus investimentos.

As burguesias nacionais e aos quadros administrativos e técnicos africanos porque pensam que poderão, com a independência, travar o processo da luta operária autónoma e anti-capitalista.

3) Então, a independência foi uma derrota? Será que, ao contrário de todas as forças políticas existentes, o jornal COMBATE defende que a independência constitui uma derrota para os trabalhadores?

Não.

Mas não defendemos também que seja uma vitória para os trabalhadores africanos.

POR SI SÓ, A «INDEPENDÊNCIA» NÃO CHEGA PARA DEFINIR O QUE INTERESSA AOS TRABALHADORES AFRICANOS.

Esta independência será uma derrota se se limitar a uma transferência de poderes políticos de uma grande burguesia colonialista a uma burguesia nacional africana. Se mudar o grupo dominante, mantendo-se os trabalhadores como espectadores passivos.

Mas a independência será uma vitória se os trabalhadores africanos e a sua vanguarda operária não se deixarem iludir, se impedirem que se proceda a uma simples transferência de poderes, se tomarem eles próprios nas suas próprias mãos o poder de decidirem do seu próprio destino. Quaisquer que sejam os títulos com que se apresente, ninguém poderá intitular-se «representantes dos trabalhadores». Só aos trabalhadores compete decidir de quais sejam os seus representantes; e só são representantes dos trabalhadores aqueles que forem controlados pelos trabalhadores e que estes possam depor a todo o momento se não estiverem satisfeitos com eles.

Vitória ou derrota — será a continuação ou o esmorecer da luta do proletariado africano que no-lo dirão.

A nossa obrigação de trabalhadores é a de apoiarmos no máximo das nossas forças o desenvolvimento da luta anti-colonial em luta anti-capitalista, conduzida pelo proletariado africano.

É aí, na luta autónoma das massas trabalhadoras, que se desenvolvem as nossas grandes vitórias. Não é nos «discursos históricos» dos generais da Junta.



COMUNICADO À IMPRENSA

Os trabalhadores dos Serviços de Manutenção da TAP decidiram em Plenário, concentrar-se junto do Edifício da Administração para a entrega dum caderno reivindicativo cujos pontos mais salientes são:

- Saneamento
- Revisão de salários
- Aplicação imediata dos horários de trabalho já acordados no ACT em negociação;
- Julgamento dos criminosos que em 12-7-73, quando da invasão das instalações da TAP pelas forças repressivas (polícia de choque), tentaram boicotar a justa luta dos trabalhadores;
- O não reconhecimento e não aceitação de despedimentos sem justa causa;
- Castigo dos responsáveis pelos despedimentos efectuados até 25-4-74, com conhecimento aos trabalhadores e à imprensa;
- Este caderno reivindicativo não altera o andamento rápido do futuro ACT.

A resposta ao cumprimento integral deste caderno terá de ser dada até às 15.30 horas do dia 26-8-74.

Tal decisão é tomada após os operários da Manutenção verificarem o logro em que caíram ao terem feito três trabalhadores para a Comissão Administrativa da TAP cuja actuação já foi largamente criticada e divulgada, e que tem dado origem a um impasse nas negociações do Acordo Colectivo de Trabalho.

Por outro lado a Comissão Sindical designada para as negociações e que é composta por sindicatos com interesses bem diferentes de classe, não tem vindo a tomar posições correctas face às manobras da Comissão Administrativa, manobras estas traduzidas em paralizações na negociação do acordo, em constantes ameaças e insultos aos trabalhadores. Bem pelo contrário, tem a Comissão Sindical tentado travar as justas reivindicações que os trabalhadores da MANUTENÇÃO vêm avançando.

É ainda de considerar que os trabalhadores da TAP, não podem, na sua totalidade, empenhar-se numa luta unificada, uma vez que os salários vão desde 5060\$00 aos 52 650\$00, o que revela existirem na TAP classes com interesses bem opostos e que a união sempre tão apregoada só será possível entre aquelas que sofrem na pele os mesmos problemas. Assim os trabalhadores da MANUTENÇÃO conscientes da sua capacidade produtora e em face dos últimos acontecimentos internos, e depois de terem sido acusados de deviationistas por aquelas que por uma posição cómoda ou por reaccionarismo vetam toda e qualquer pretensão da classe operária, manifesta o seguinte:

- Que foram mais do que prejudicadas as suas reivindicações;
- A sua desconfiança já aprovada em plenário geral dos trabalhadores TAP à Comissão Administrativa;
- Que duvida da Comissão Sindical pela sua acção altamente prejudicial aos interesses dos trabalhadores;
- A sua firme posição em defenderem por todos os meios o cumprimento do caderno reivindicativo agora apresentado à Comissão Administrativa;
- Que não permitirão qualquer interferência na sua luta de órfãos ou pessoas que não se identifiquem com os seus legítimos interesses de classe expressos neste caderno reivindicativo;
- A firme intenção de apoiar a justa tomada de posição dos seus camaradas das oficinas ao porem em prática o horário das 40 horas de trabalho.

Vêm os trabalhadores afirmar não permitir na autonomia da sua luta que se interpretem posições diriaistas venham elas de que órfãos vierem mesmo que esses órfãos se digam representantes dos trabalhadores.

FAZÊ-LAS SANGRAR NÃO,

TEXMALHAS: Luta por um saneamento

A fábrica industrial e comercial TEXMALHAS, Lda, é uma entre as muitas empresas controladas pela Comundo.

Antes de transcrevermos uma entrevista com as Delegadas dos Trabalhadores da Texmalhas, onde estas nos relatam a luta que recentemente travaram, faremos um rápido resumo da actividade da COMUNDO.

A Comundo é uma Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, que iniciou a sua actividade em 1961, com sede em Lisboa. Já o nome escolhido indicava o âmbito vasto que pretendia atingir: uma vasta gama de operações ao nível internacional.

A primeira fase da actividade desta Sociedade é constituída pelo comércio de importação e exportação, sobretudo de representações de firmas estrangeiras.

Como importadora realiza negócios especialmente com o Japão donde importa maquinaria textil e para as indústrias químicas, fibras textéis, aparelhagem de rádio, cinema, televisão e fotografia.

Numa segunda fase de desenvolvimento a Comundo passou a investir na indústria química, alimentar, indústria textil, confecções, turismo, sector imobiliário e ultimamente cerveja e refrigerantes.

Os ramos da actividade a que se dedica são os seguintes:

Serviços de promoção; Gestão; Organização de Empresas; Textéis; Vestuário; Alimentação; Mobiliário; Bebidas; Investimentos e Participações; Imobiliário; Urbanização; Turismo; Agricultura; Equipamentos de Escritórios; Electrodomésticos; Electromedicina; Importação; Exportação; Antiguidades.

A COMUNDO controla através de participações mais ou menos amplas as seguintes sociedades e actividades:

Textil Lopes da Costa, onde investiu uma verba superior a cem mil contos;

Texmalhas;

Verona;

Mandarim;

Moder;

Imperial — União Cervejeira, através da qual se planeava a construção de uma nova fábrica de Cervejas no Algarve;

Banco Português do Atlântico;

Banco Micaelense;

Snober;

Edifícios Vale do Restelo;

Edifício Comundo;

Prairinha (no Brasil);

Hotelar;

Quinta da Arcia;

Sonipol;

Palácio Centeno — Antiguidades.

O capital da COMUNDO subiu ultimamente de cento e cinquenta mil contos para trezentos e cinquenta mil contos pela emissão de dois milhões de acções, com o valor nominal de cem escudos cada uma. Estas acções foram oferecidas em subscrição pública não por cem escudos, mas por quatrocentos escudos, pelo que a sociedade passou a lucrar por cada acção trezentos escudos. Como foram subscritas quinhentas mil acções o lucro da sociedade com este negócio foi de cento e cinquenta mil contos. Mas não fica por aqui, visto que, ao mesmo tempo, a sociedade converteu as acções anteriores de mil escudos cada em novas acções de cem escudos e como destinou um milhão e quinhentas mil acções para distribuir pelos que eram já accionistas, estes ganharam mais de quatrocentos e cinquenta mil contos visto que poderiam vender as acções pelo menos a trezentos escudos (facto que não sucederia visto as cotações serem superiores a trezentos escudos nessa data).

Entrevista com as delegadas dos trabalhadores da FÁBRICA INDUSTRIAL E COMERCIAL TEXMALHAS, no Porto

— Como iniciaram a vossa luta e como se desenvolveu?

A — Tínhamos aqui uma mestra até 15 de Maio, e dá-se a coincidência de ela ser carrasca para nós, má, chamar-nos muitos nomes e nós, claro, viva o 25 de Abril e pusémo-la fora. Dá-se o caso de os patrões ou porque gostassem dela, ou por outro motivo, queriam que ela ficasse. A gente não quis. Nós tínhamos um papel assinado pelo patrão com selos e tudo em como ela não ficava e que outra senhora ficava a fazer as funções dela. O patrão não queria e disse que ela não estava a fazer as funções de mestra. De maneira que desde aí começou; nós vimos que era injusto e parámos.

Dá-se o caso do dia em que a gente parou cinco funcionárias que eram pelo patrão e pela mestra, eram sete horas da manhã já estavam lá em cima a trabalhar. Nós chegámos estavam quatro polícias aqui à porta, e tudo fechado. De maneira que fomos às Forças Armadas, fomos ao sindicato e estivemos a expôr o nosso caso até que se resolvesse.

— Quantos dias estiveram em greve?

B — Primeiro tivemos paralização depois viémos trabalhar. Mas greve realmente com ocupação dia e noite só uma semana. Hoje (8 de Agosto) praticamente trabalhámos aos soluços por causa da luz.

C — Durante a greve ficámos de noite aqui a dormir no chão, nestas pedras, enquanto os patrões estavam lá em cima, que nós também não os deixávamos sair.

D — Nós ficámos aqui a dormir nestas pedras mas eles ficaram prisioneiros três dias, sem comer.

E — Ou nos davam as chaves, ou então morriam de fome. Eles diziam que não queriam dar a chave e nós dizíamos então que não saíam.

As cinco operárias que lá estavam se não saíram foi porque não quiseram. Elas diziam que só saíam se os patrões saíssem.

A — Agora praticamente está, enfim, quase tudo resolvido. Julgamos nós, não é, não sabemos o que julga a Comundo...

Chegámos na 2.ª feira (5 de Agosto) estava o quadro todo queimado, não pudémos trabalhar. Estava a electricidade toda fechada pode ser sabotagem. Vamos lá a ver, continuamos a investigar melhor. De maneira que estamos à espera. A gente entra de férias; vamos lá a ver se vamos... Até aqui eles têm-nos ameaçado que fecham a fábrica, vamos lá a ver se fecham ou não.

— Podem contar-nos quais são as condições de trabalho? Como são as instalações, o refeitório?

B — O refeitório de inverno tem que se comer de guarda-chuva e no verão é chapa, tanto calor não faz idéia... é um autêntico Tarrafal.

As casas de banho são uma imundície.
A — Três casas de banho para 75 mulheres é muito pouco. Além disso, nem temos bidés nem nada... é uma falta de higiene.

— E as condições de trabalho na fábrica?

C — No sítio onde eu estou até é muito calor, porque já várias vezes temos ido ao escritório pedir para botar mais umas ventoinhas; porque eles puseram duas mas, aquilo praticamente não vale nada. Eles dizem pomos hoje, pomos amanhã e depois e... nunca mais puseram.

— Ouvimos dizer que vos davam castigos durante o trabalho?

A — Até por uma senhora espirrar castigaram... Outra senhora que começou aos soluços, a mestra disse-lhe que se não acabasse os soluços ia para a rua.

Se alguém comia uma bolacha vinha cá para fora de castigo. Mas a mestra podia comer à vontade café e pastéis. As 10 horas mandava a miúda para a caldeira fazer café para o pequeno almoço.

B — Uma operária se estivesse a comer pão ia logo para fora de castigo o tempo que ela entendesse. Se visse qualquer operária a fazer qualquer coisa, marcava o cartão e a operária continuava a trabalhar, sem saber, ao fim da semana é que dava conta na féria.

C — A mestra dizia ao patrão: «Fazê-las sangrar não, mas fazê-las suar, sim».

D — Ela disse que se quisesse punha uma bomba lá dentro; ela fugia e nós... três vezes nove vinte sete.

Até aqui a gente não podia viver e agora... pois é, viva o 25 de Abril para podermos falar à vontade. Mas eles ainda estão na ideia que isto virá. Querem eles dizer que isto ainda vai dar outro Golpe de Estado.

FAZÊ-LAS SUAR, SIM!



— O que são os castigos?

A — O castigo é ir lá para fora sem ganhar.

— Como foram eleitos os delegados dos trabalhadores, isto é, as senhoras e quais as relações que têm com os restantes trabalhadores?

B — As nossas colegas gostavam muito que nós fôssemos as delegadas, nós concordámos e eles depois assinaram. A votação foi para o sindicato que comprovou.

— Foram eleitas antes do 25 de Abril?

A — Não, depois do 25 de Abril.

As delegadas deviam falar com os patrões durante a hora de trabalho; mas eles só nos atendem na nossa hora, na altura em que eles até não são capazes de ouvir a gente, quando isso não é permitido...

B — Se nós largássemos as máquinas e fôssemos direitas ao escritório, então, oh! Deus me livre é que os tipos explodiam...

C — Eles disseram já ao Sindicato que não podiam aturar mais esta comissão de delegadas. Pois nós temos lutado de dia e de noite. Se perdemos esta vitória, não é realmente por nossa culpa e sim pelos fascistas dos próprios patrões.

— Como consultam os outros trabalhadores, para saberem o que eles pensam?

A — Quer dizer elas é que vêm junto de nós e expõem os seus casos e nós conforme elas vão dizendo, vamos indo ao escritório. E expomos os casos delas, que quanto ao aumento de salários, quanto ao salário mínimo, algumas estão nos 3.300\$, mas outras não estão ainda.

B — Mas já várias vezes fomos ao escritório expormos o caso delas, mas não adianta nada.

C — Temos cá o encarregado geral, que já fez seis anos de casa agora em Outubro — o Sr. Campinhos — que durante este tempo todo sempre zelou os interesses da firma, trabalhando de dia e de noite, nunca gozou férias senão o ano passado e eles meteram aí um indivíduo que é lá deles, que é da terra deles e que é menino querido deles. Apanharam-se servidos e agora aproveitaram a ocasião do Sr. Campinhos ter adoecido, que esteve uma semana em casa, depois teve de ser internado no hospital com cólera e um ataque de nervos que ficou com uma parte do corpo toda enegrecida. Ao fim desse tempo, o Sr. foi-se restabelecendo e ao fim estava em óptimas condições de vir trabalhar. Que fizeram? Deram-lhe uma suspensão de 15 dias. Nesses 15 dias nada decidiram quanto ao Sr., carta e mais carta e nada se concretizou. No fim desse tempo estavam a querer fazer um inquérito alegando coisas que não eram possíveis. Até uma carta que lhe escreveram não dizia nenhum palavrão, mas as próprias palavras magoavam como isso.

É claro que os colegas se revoltaram. Entretanto, terminou a suspensão de uma nossa delegada. O pessoal aí ainda mais se revoltou e resolvemos fazer uma paralização. Com essa força toda conseguimos meter os nossos camaradas cá dentro até uma resolução. Ainda não podemos dizer que o caso do Sr. Campinhos esteja resolvido.

— Depois de falarem com os patrões têm que perguntar aos vossos camaradas de trabalho se estão de acordo com as decisões tomadas?

A — Todas as reuniões que temos tido com os patrões quando chegamos cá abaixo contamos ao resto do pessoal. Se eles estão de acordo, se eles não estão de acordo. Se eles estiverem de acordo, automaticamente nós estamos também; se eles não estiverem, não estamos de acordo também.

— Quais são as vossas relações com o Sindicato. Têm-vos apoiado?

B — Muito. Tanto o Sindicato como o Instituto Nacional de Trabalho, até mesmo as Forças Armadas.

— E os trabalhadores das fábricas aqui vizinhas, também vos têm apoiado?

A — Também nos têm ajudado muito. Nos dias de greve, ali numa firma mandaram-nos pães...

B — Eles passaram aí e como viram aqui muita gente, começaram a perguntar o que era e nós contamos. No dia seguinte trouxeram-nos um saco de pão e uma grade de cervejas. No outro dia a Schiming, aqui da frente, trouxe-nos um saco de pão, com duas bolas de queijo e cervejas. Depois no dia a seguir a esse, uma fábrica aí de baixo trouxe grades de cervejas. Ultimamente foi aqui a Motameca que ofereceu café e torradas.

C — Foi um bocadinho de carinho e amizade para nós, de todos!

— Ouviram falar das lutas de duas empresas na região de Lisboa — a Charminha e a Sogantal — em que os patrões se foram embora sem pagar os ordenados, e as operárias continuaram a produção e estão a agora a vender os produtos por elas fabricados (num caso, confecções diversas e no outro, fatos de treino)? O que acham do que essas operárias fizeram? Que lhes parece essa forma de luta? Poderiam fazer aqui uma experiência semelhante?

A — É natural. Se fosse preciso até punhamos os patrões no penhor!

B — Acho que aqui nunca poderíamos fazer isso. Nós podíamos continuar a produzir mas, como as encomendas vão todas para o estrangeiro, e nós não temos nenhum contacto com esses clientes...

— Sim, mas por exemplo a Sogantal fazia fatos de treino que eram completamente exportados para França. Agora as operárias da Sogantal, depois de tomarem conta da produção, vendem em Portugal pelas ruas e nos locais de concentração de pessoas. Além disso, como não há muita compra de fatos de treino em Portugal, estão a pensar converter a produção e fabricar outras coisas.

B — Eu acho que aqui nós não podemos fazer isso...

A — Não, nós estamos a produzir porque o nosso Sindicato disse: «enquanto eles não aparecerem e não houver dinheiro nós vamos vender a obra que está cá dentro».

C — O patrão tinha dito que não vinha e nessa altura até havia aí uns grandes embarques para seguirem e nós até não queríamos deixá-los ir. Mas como eles podiam depois dizer que como não deixámos ir os embarques que não pagavam... apesar que eles têm muito dinheiro no banco... À custa do nosso suor é que eles acumularam grandes fortunas. Eles até contavam os segundos que a gente demorava uma e outra a fazer as peças.

D — Eles não querem esta comissão porque esta comissão não é da raça deles, não é da laia deles, são sempre contra aquilo que nós queremos. Nós representamos as operárias porque somos operárias também...

B — Eles são muito tralfulhas, muito mentirosos não merecem a nossa consideração.

— Que salários recebem vocês aqui?

A — Bem, há uma senhora casada (de quarenta e tal anos) que ganha 58\$ por dia. Há outra, também casada e com uns poucos de filhos que ganha 75. Outra ganha 50.

Quando, nem que tenham 15 ou 16 anos, têm por lei obrigatoriamente de dar o salário mínimo que são os 3300\$; coisa que eles não estão a fazer. Mas nós até não fazemos obstáculos nisso, somos tão pobres que só queremos aquele saneamento de pessoas.

— Não pensam exigir o salário mínimo para essas pessoas que o não estão a receber?

A — O que nós tínhamos a fazer já o fizemos, mas como os patrões são reaccionários e são fascistas, nada se consegue. Aqui era só pô-los a partir cascalho...

— Mas eles são obrigados a pagar o salário mínimo...

A — Pois são, mas...

B — Eles não se interessam de nós. Têm muito dinheiro e com facilidade se põem lá fora. Não se importam com os outros.

— Podem-nos dizer quantas peças faz cada operária por dia?

A — Temos referências que fazemos 50 ou 70. Obra de criança faz mais. As maquinistas cose-cose 180 ou 200 (conforme a referência).

— Sabem a quanto se vende cada camisola em média?

A — A 70 — 80\$.

SUBEMOS QUE OS TRABALHADORES DA TEXMALLHAS, FORAM PARA FÉRIAS NA ÚLTIMA QUINZENA DE AGOSTO. REGRESSARAM A 2 DE SETEMBRO E NESTA ALTURA FORAM INFORMADOS, POR ESCRITO, PELOS PATRÕES, QUE ESTAVAM DESPEDIDOS.

1. — Continuaremos a nossa luta até à total satisfação das nossas reivindicações, nomeadamente no que diz respeito ao saneamento, aos horários de trabalho, ao apuramento das responsabilidades e punição dos responsáveis pelos criminosos acontecimentos de JULHO de 1973.

Entretanto o Governo continua com a sua política de falsidades, que tem dois objectivos fundamentais:

1. — Voltar os nossos camaradas trabalhadores contra nós — para tal e para lá das mentiras descaradas sobre a ponte aérea Bissau-Lisboa, surge agora com as mentiras sobre a situação dentro da TAP, dizendo que tudo decorre normalmente e que, portanto, nós aceitamos pacificamente retomar o trabalho. Ora a verdade é que nós temos vindo a ser vítimas da mais brutal repressão pelas tropas que invadiram a TAP e cá continuam. TUDO ISTO TEM SIDO ESCONDIDO AO POVO!

Limitam-nos a perguntar: Se tudo está normal dentro da TAP porque é que as tropas continuam lá dentro?

Se tudo está normal porque razão nos obrigam a permanecer dentro dos locais de trabalho 16 HORAS SEGUINDAS E MAIS?

Se tudo está normal porque razão continuam a ameaçar-nos de prisão e perda de vencimentos?

Se tudo está normal porque continuam a impedir-nos de circular e reunir livremente dentro da TAP?

Se tudo está normal porque continuam a apontar-nos as armas?

Se tudo está normal porque razão os aviões continuam a atrasar 2, 3 e 4 horas e voos serem cancelados?

OU SERÁ QUE A REPRESSÃO SOBRE OS TRABALHADORES É UMA NORMALIDADE PARA O GOVERNO PROVISÓRIO E PARA OS PARTIDOS NELE REPRESENTADOS?

2. — Levar-nos a abdicar da nossa justa luta — para tal além das ameaças já referidas atiram-nos com ameaças de despedimentos de todos nós ou de venda da TAP com o mesmo resultado.

Assim perguntamos:

— Quem é que vai comprar a TAP?

— Então a TAP não dá prejuízo?...

— Ou nessa altura já não haverá emigrantes e turistas para transportar e a TAP já não será de utilidade fundamental para o País?

2. — CONTINAMOS COM A NOSSA LUTA E DESDE JÁ AFIRMAMOS:

— A NORMALIDADE SÓ VOLTARÁ A TAP QUANDO AS NOSSAS REIVINDICAÇÕES FOREM SATISFEITAS!

— A NORMALIDADE SÓ VOLTARÁ A TAP QUANDO AS TROPAS TIVEREM REGRESSADO AOS SEUS QUARTEIS!

— NÃO PERMITIREMOS QUE NENHUM TRABALHADOR SEJA VÍTIMA DE QUALQUER TIPO DE REPRESSÃO (prisão, despedimento...!)

— E SE TAL ACONTECER ENQUANTO ESSAS MEDIDAS REPRESSIVAS NÃO FOREM ANULADAS NEM UM SÓ AVIAO LEVANTARÁ VOZ!

— NÃO ABDICAMOS DO DIREITO DE REUNIR E PODER DIFUNDIR A NOSSA INFORMAÇÃO NOS LOCAIS DE TRABALHO!

— NÃO ABDICAMOS DO DIREITO DE NOS ORGANIZARMOS AUTONOMAMENTE PARA A DEFESA DOS NOSSOS INTERESSES FUNDAMENTAIS!

MAIS TEXTOS DOS TRABALHADORES DA TAP

NAS PÁGINAS 12 e 13

APPLIED MAGNETICS

A Applied Magnetics (Portugal), L.da é uma empresa que depende inteiramente da Applied Magnetics Corporation, fábrica-mãe dos E. U. A., com sede no Panamá para fugir ao fisco. O capital é norte-americano e todas as directivas vêm dos Estados Unidos. As matérias-primas que transforma são-lhe também fornecidas pela empresa-mãe e os produtos que fabrica são-lhe comprados integralmente pela mesma. É, portanto, uma empresa que se limita a incorporar no produto a mão-de-obra nacional e que só é portuguesa pelo facto de estar instalada em Portugal. É um exemplo típico da empresa multinacional, que beneficiando de um protecção aduaneiro, atinge os seus objectivos de maximização de lucros através da exploração de mão-de-obra barata (neste caso, sobretudo feminina).

A Applied Magnetics Portugal fabrica material para computadores, como cabeças magnéticas e memórias. Estes produtos são enviados para Porto Rico, para uma associada com as mesmas características que a empresa portuguesa, e que procede à montagem. Os trabalhadores em Porto Rico acrescentam 20% em trabalho para finalizarem o produto. A comercialização está também a cargo da empresa-mãe e o mercado para este tipo de

produtos mantém-se, ao contrário do que quiseram fazer crer alguns lacaios da empresa. Assim, o despedimento maciço de 116 trabalhadores, que marcou a fase mais aguda da luta, era justificado por tais pessoas na base da impossibilidade de sobrevivência da empresa por falta de mercado para um tipo de produtos ultrapassados com a modernização da tecnologia. De facto, as memórias fabricadas pela Applied Magnetics Portugal estão a desaparecer do mercado, o que não acontece de modo nenhum com as cabeças magnéticas de que fabricam quatro tipos.

O que se passa na realidade é que tais despedimentos foram absolutamente arbitrários e os acontecimentos que lhes seguiram correspondem ao facto de os capitalistas não estarem interessados em reduzir os seus lucros com o aumento de salários (reivindicação inicial), quando podem continuar a tê-los, instalando as suas fábricas em locais onde a mão-de-obra continua barata e a combatividade dos operários contra a exploração é pequena.

Transcrevemos a seguir dois comunicados elaborados pela Comissão de Trabalhadores da Applied Magnetics, que relatam o evoluir da sua luta:

COMUNICADO À POPULAÇÃO

Após cerca de três meses de luta os trabalhadores da Applied Magnetics Portugal (A. M. P.) encontram-se numa situação dramática criada pelas manobras sabotadoras e reacionárias do capital imperialista.

Como já tinha sido divulgado estavam despedidos 116 trabalhadores. Durante as negociações no Ministério do Trabalho o administrador recusou-se a readmiti-los e ameaçou que a fábrica fecharia para os 640 trabalhadores caso estes não permitissem o despedimento dos 116 colegas, não desistissem das reivindicações já conseguidas, limitando-se ao C. C. T. o que implicava a passagem das 40 para as 44 horas semanais, de 1 mês para 18 dias de férias e ainda a dissolução da comissão de trabalhadores eleita, suspensão de alguns dos seus elementos e eleição de uma comissão de relações humanas que seria presidida pelo director-geral da Companhia, ao mesmo tempo que seriam readmitidos os últimos três saneados.

Esta proposta foi rejeitada no dia 18 de Julho numa votação secreta por 443 trabalhadores, votando 29 a favor.

Entretanto, dia 21 de Julho o administrador solicitou um empréstimo no Ministério das Finanças para pagar os salários. O Ministério como se tratava de uma firma multinacional que tinha bastante dinheiro caso o quisesse não acedeu ao pedido que no fundo não tinha outro objectivo que não fosse roubar o Estado Português.

Terça-feira 23, dia dos pagamentos, o administrador que desde o dia 4 de Julho se recusava a vir à fábrica (talvez para criar um clima de insegurança nos trabalhadores) informou telefonicamente os trabalhadores de que não tinha dinheiro para fazer os pagamentos. Pouco depois enviou um telex do hotel Sheraton (para onde se tinha transferido há algum tempo) dizendo que a empresa estava dissolvida em consequência dos problemas insolváveis (segundo ele) que a afectavam.

Ainda no mesmo dia a empresa mãe Applied Magnetics Corporation (A. M. C.) enviou dos Estados Unidos um telex em que dizia que a A. M. P. era uma empresa portuguesa que apenas mantinha relações comerciais com a A. M. C. não tendo esta última nada a ver com as dívidas da primeira.

Na realidade a A. M. P. é uma empresa portuguesa, mas apenas por estar montada em Portugal, pois o capital pertence à A. M. C., é esta empresa quem nomeia os administradores, quem estabelece os preços dos produtos que compra à A. M. P. assim como das matérias-primas que lhe vende e é ainda esta empresa quem tem beneficiado dos lucros dos produtos feitos pela A. M. P. Portanto a A. M. C. apenas é responsável pela A. M. P. para lhe fixar os preços de venda e consequentemente para se aproveitar da riqueza produzida pelos seus trabalhadores, e não pode ser responsável pelas dívidas da A. M. P. nomeadamente em relação aos seus trabalhadores que se gastaram para lhes encher os bolsos.

São estas as responsabilidades das firmas multinacionais! Em face desta situação dramática para todos os trabalhadores a comissão entrou em contacto com o Ministério do Trabalho no sentido deste chamar o administrador. Após várias recusas, o administrador compareceu para negociar com o Ministério do Trabalho. Na negociação apresentou a proposta que já havia sido rejeitada pelos trabalhadores, acrescida de um empréstimo de 5000 contos do Governo à empresa para pagamento dos salários e ameaçou que caso estas condições não fossem aceites, encerraria a fábrica não efectuando o pagamento dos ordenados do mês de Julho, das férias e das indemnizações de despedimento. Perante o despedimento eminente de 640 trabalhadores, o Ministério do Trabalho julgando resolver o problema acordou nos seguintes pontos:

1. — Que os trabalhadores se limitem ao contrato colectivo de trabalho (C. C. T.), com as seguintes implicações:

- a) Passagem das 40 para as 44 horas de trabalho semanais;
- b) Passagem de 30 dias para 18 dias de férias;
- c) Demissão da comissão de trabalhadores, instauração de um inquérito às suas actividades e eleição de uma comissão de relações humanas que teria como presidente o administrador da empresa;
- d) Indemnização dos trabalhadores à empresa das 4 horas semanais que estes deixaram de trabalhar a partir do dia 4 de Junho, dia

em que tinham conseguido as 40 horas.

e) Instauração de um inquérito às actividades dos últimos saneados para uma possível readmissão.

f) Garantia por parte da administração em manter os 116 empregados despedidos durante dois meses. Se ao fim desses dois meses a empresa não conseguir arranjar emprego os trabalhadores seriam absorvidos pelo Governo sem qualquer encargo da firma, portanto sem indemnizações de despedimento.

2. — O Governo emprestaria 5000 contos à empresa para esta pagar os salários, com a garantia de um aumento do capital social da empresa.

Os trabalhadores ante a perspectiva do desemprego sem receber a remuneração do seu trabalho do mês de Julho, sem férias, sem indemnizações de despedimento, pensando nos filhos que têm para criar e outros familiares que têm a seu cargo, sabendo que o senhório não aguarda que se arranje outro emprego e que o supermercado não vende fiado, sujeitaram-se inconformados às condições humilhantes que lhes foram impostas pelo patrão imperialista.

Entretanto, quinta-feira dia 1 de Agosto quando apenas faltava uma avaliação dos bens da empresa e o aumento do capital social da empresa de 3500 para 5000 contos para que o empréstimo do Governo se efectuasse, o administrador Cecil Fraser saiu do País e enviou um telex do hotel Sheraton, de Londres, dizendo que se encontrava a caminho dos Estados Unidos para tentar arranjar um financiamento da empresa-mãe, acrescentava que via isso bastante difícil devido à situação política do nosso País. Terminava dizendo que no sábado, dia 3 de Agosto daria uma resposta.

Sábado enviou de facto, um telex ao Ministério do Trabalho com a informação de que «devido ao problema político e social dos trabalhadores portugueses a empresa não tinha garantias para continuar em Portugal e que a empresa-mãe não se responsabilizava perante o Ministério do Trabalho pela liquidação do empréstimo» e que a fábrica estava encerrada em Portugal» acabava dizendo que o Governo tome conta dos materiais e dos equipamentos que chegam para pagar a maior parte das dívidas.

Será que o administrador não tem dinheiro? Não! Sabemos que cada unidade fabricada (cabeça magnética) é vendida para a AMC dos Estados Unidos a 165\$00 e no mercado internacional o seu preço é de 200\$. E onde estão então os lucros fabulosos que ao longo dos 4 anos que a empresa está montada em Portugal esta conseguiu à custa dos trabalhadores portugueses pagando-lhes ordenados miseráveis de 1500\$00 por mês?

Esses lucros fabulosos não estão em Portugal, nem foram investidos em benefícios do povo português, nem

ao, outros povos do mundo, esses lucros serviram para ajudar os governos fascistas na opressão dos povos dos seus países, foram investidos na compra de luxuosos palacetes para albergar aqueles que nada fazem além de oprimir e explorar os trabalhadores.

Para além destes lucros que só por si justificavam a continuação da fábrica, os trabalhadores tinham aceitado taticamente a desistência das suas reivindicações que o patrão considerava a razão do fecho da fábrica ao mesmo tempo que o Governo concedia um empréstimo de 5 000 000\$00 com a garantia de ser reembolsado.

Se a empresa tem lucros volumosos se todas as condições postas pelo administrador para que a fábrica não fechasse foram cumpridas pelos trabalhadores qual a razão desta fuga precipitada e deste encerramento da fábrica que tanto prejudica os trabalhadores? A razão só pode ser política e o próprio administrador reconhece-o ao dizer que não conseguiu o financiamento devido às condições políticas e sociais portuguesas. Na situação política complexa que o País atravessa tais manobras fazem parte do plano global do capital monopolista: contrariar o processo de democratização em curso, combater por todos os meios as conquistas alcançadas pelas classes trabalhadoras.

Lançando os trabalhadores no desemprego; o que leva a milhares de trabalhadores e as suas famílias à miséria e à fome, o imperialismo tem como objectivo criar um clima de insegurança e de descontentamento que abra as portas a uma intervenção das forças reacionárias e ao fascismo.

Os trabalhadores da Applied Magnetics Portugal (A. M. P.) apelam para a solidariedade de todos os trabalhadores e da população em geral para atenuar os efeitos dramáticos desta atitude do administrador (os trabalhadores não receberam o mês de Julho, nem qualquer outro subsídio, encontrando-se em dificuldades para pagar rendas de casa e os géneros alimentícios) ao mesmo tempo que exigem que o Governo tome medidas contra estas atitudes sabotadoras do imperialismo nomeadamente criando empregos para os trabalhadores despedidos.

Os fundos deverão ser enviados para: Sindicato dos Electricistas do Sul, a cargo de José Jorge Roldão Monteiro — Avenida Almirante Reis n.º 74-G-5.º — Lisboa-1.

Comissão de Trabalhadores da Applied Magnetics Sindicato dos Electricistas do Sul



Nós, os trabalhadores da Applied Magnetics Portugal, recebemos do Governo Provisório 1650\$00 referente ao mês de Julho, o que corresponde a metade do ordenado mínimo nacional. Para operários e técnicos estamos a tentar receber um subsídio de quatro dias por semana do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra.

A última proposta vinda da empresa-mãe nos Estados Unidos da América é no sentido de env.amos todo o equipamento e, se eles depois de o analisarem, verificarem que está em bom estado mandar. am nove a dez mil contos.

DESPEDIMENTOS NA FÁBRICA CINTELEI (ERMESINDE)

— Quantas operárias trabalham na fábrica?
 — Agora que já foram despedidas 31, somos umas 80 operárias.
 — Quantas horas trabalham por dia?
 — Trabalhamos 9.30 e à sexta-feira trabalhamos 10 horas. Começamos a trabalhar às 8 e acabamos às 7 horas da tarde.
 — E quanto ganham por mês?
 — Nós ganhamos à quinzena à razão de uns 500 e tal escudos. Há operárias que ganham 30\$00 por dia e as mais bem pagas ganham mais ou menos 50\$00.
 — Têm cantina na fábrica?
 — Há lá um refeitório onde comemos a comida que trazemos de casa, mas aquilo é uma porcaria que até mete nojo.
 — Vocês trabalham sentadas ou de pé?
 — Embora haja lá bancos nós trabalhamos 9.30 horas de pé e saímos da fábrica que nem sentimos as pernas. Quando lhes pedimos para nos sentarmos um bocadinho eles dizem logo que temos de trabalhar de

pé. Além disso o calor dos ferros de engomar provoca-nos dores de cabeça e constipações.
 — Na fábrica há casa de banho?
 — Há lá uma casa de banho, mas nós não podemos lá ir quando nos apetece, só as encarregadas é que podem lá ir quando lhes apetece. Ainda outro dia uma encarregada não deixou ir uma colega à casa de banho e ela esteve quase a desmaiar.
 — Como é que o patrão vos trata lá dentro?
 — Aos berros, às ameaças e aos insultos (outro dia chamounos «filhas da puta», ao microfone).
 — Ainda outro dia ele bateu numa colega nossa.
 — Porquê?
 — Ela estava despedida e no sindicato disseram-lhe para ir trabalhar. Quando faltava um minuto para tocar a saída ele chegou perto dela e perguntou-lhe se não havia mais nada a fazer. Como não havia ele disse-lhe para se ir embora porque estava despedida.

Ela respondeu-lhe que não se ia embora pois não aceitava o castigo. Ai o sr. (?) Oliveira deu-lhe um murro e pô-la na rua.
 Depois castiga-nos por tudo e por nada. Ainda outro dia castigou uma colega nossa com três dias por ela estar voltada para trás.
 — Além do trabalho normal na fábrica, o Oliveira não vos obriga a fazer outras coisas?
 — Obriga-nos a limpar as casas de banho, a varrer a fábrica, a encear o escritório dele e a lavar-lhe o carro. E quando nós nos recusamos dizendo-lhe que não somos mulheres de limpeza, ele ameaça-nos e diz que de castigo vamos fazer aquele trabalho durante a semana inteira.
 — Além dos insultos, das ameaças, dos berros, das proibições de irem à casa de banho e de trabalharem sentadas, etc., ele não tenta fazer mais nada?
 — Ai não! Ainda outro dia ele chamou ao escritório uma rapariga que estava a trabalhar cá em baixo e tentou agarrá-la e beijá-la.

A moça começou a fugir e chegou cá a baixo a chorar muito e como a encarregada lhe perguntou o que tinha acontecido, ela contou que o patrão a tinha tentado beijar. O patrão soube que ela tinha dito aquilo e mandou-a oito dias de castigo.
 Uma vez uma rapariga foi lá acima levar umas camisas e ele agarrou-a pelas pernas e meteu-lhe as mãos pelas pernas acima.
 — Qual é a média de idade das operárias?
 — 14, 15 e 16 anos.
 — Porque é que vocês ainda não tomaram uma posição de força para impedir os despedimentos e todas estas coisas?
 — Quando foram despedidas estas últimas onze, nós tínhamos combinado não trabalhar, mas houve algumas que começaram a trabalhar e depois trabalhou toda a gente.
 Além disso as operárias mais velhas dizem que não se reúnem conosco porque nós somos uma canalha.
 — Mas vocês não querem lutar contra esta situação?

Na manhã de quinta-feira, dia 1 de Agosto, as operárias da fábrica Cinteilei realizaram uma greve exigindo a reintegração das operárias despedidas.
 Compareceram na fábrica elementos do Sindicato das Costureiras que, sem ouvirem as operárias da fábrica, tiveram uma conversa com o Oliveira onde se decidiu uma reunião a realizar-se no sábado (dia em que as operárias não trabalham) onde se discutiria a sorte das operárias despedidas.
 Nesta reunião, a que, teoricamente, poderiam comparecer todas as operárias, o patrão resolveu reintegrar 11 das operárias despedidas.

— Nós queremos, mas há pessoas que estão do lado do patrão.
 — São muitas?
 — São as encarregadas, mas a maior parte das operárias embora digam que estão do nosso lado têm medo de fazer qualquer coisa.
 — Vocês não pensam fazer nada?
 — Acho que nos devíamos reunir todas e fazermos greve enquanto as despedidas não estiverem lá.

SOMOS 620 TRABALHADORES DA FABRICA MULTINACIONAL APPLIED MAGNETICS (SACAVÉM) O ADMINISTRADOR AMERICANO FUGIU DO PAÍS NÃO PAGANDO SALÁRIOS DE JULHO NEM INDENIZAÇÕES. PEDIMOS AUXÍLIO ECONÓMICO PARA O PÃO E RENDAS DE CASA.

COMUNICADO À IMPRENSA

A comissão de trabalhadores informa as massas trabalhadoras e a população em geral, que desde o passado não se mantêm postos fixos em Lisboa para recolha de fundos. Isto porque, várias vezes as operárias foram ofendidas moralmente por indivíduos de baixa condição moral e não só. Raro era o dia que ao regressarem à fábrica não contássemos episódios tristes, mas todas estavam cientes que teriam de enfrentar essas dúzias de fascistas que ainda se encontram no meio do povo e se aproveitam para criar a confusão e a desunião dos trabalhadores.
 Os operários da Applied Magnetics informam por este meio todos aqueles que se solidarizam com a sua luta, que ao descerem à rua, nunca esteve no seu pensamento estenderem a mão à caridade, nem tão-pouco receberem uma esmola dos privilegiados.
 O que sempre esteve no nosso pensamento era obter a solidariedade dos trabalhadores, que bem conhecem as nossas dificuldades, por as sentirem na carne, sempre que entram em luta com os seus patrões.
 Por estas razões o levantamento de fundos na rua acabou, e vai ser substituído por uma campanha nas fábricas onde temos recebido todo o

CONTRA OS DESPEDIMENTOS E ENCERRAMENTOS

I — OS DESPEDIMENTOS SÃO UMA ARMA DOS PATRÕES
 O Movimento das Forças Armadas ao fazer o 25 de Abril, não acabou com o capitalismo nem pôs termo à exploração de que somos vítimas. O 25 de Abril veio, sim, criar melhores condições para a nossa luta. Foram essas condições que nós, como milhares de camaradas nossos por todo o País, usámos para combater as péssimas condições de trabalho e de vida que temos, para afrontar a exploração a que os patrões nos submetem.
 Nos últimos meses conseguimos algumas conquistas, nomeadamente aumentos que tornaram os nossos salários um pouco menos miseráveis.
 Mas, o patronato não querendo abdicar duma situação na qual enriquece fácil e rapidamente, não querendo abdicar dos seus enormes lucros obtidos à custa do nosso trabalho e da nossa miséria, lança mãos das suas armas: aumentos dos ritmos e cargas de trabalho, ameaças de fecho das fábricas, aumentos dos preços e, sobretudo, DESPEDIMENTOS.
 Com os despedimentos os capitalistas pretendem amedrontar-nos e manter ou aumentar os seus lucros, obrigando-nos a trabalhar mais intensamente e a produzir por nós e pelos nossos colegas despedidos.
 Desde a fixação do salário mínimo nacional de 3300\$00 (que ficou muito aquém das nossas necessidades fundamentais), os patrões têm intensificado a utilização desta sua arma, apoiando-se nas leis e decretos fascistas que continuam em vigor.

A nossa situação tem portanto vindo a agravar-se: são os despedimentos em massa, são os encerramentos das fábricas, principalmente as estrangeiras.
 Neste momento, os nossos camaradas da António Alves em Torres Novas, do Consórcio Laneiro, as nossas camaradas tapeteiras de Arrojelos, as nossas camaradas da Sogantal, da Charminha, da Mafalda da Bluebell, da Naturana e tantos outros do nosso sector dos têxteis e vestuário e os nossos camaradas de outros sectores, como os da electrónica, os da construção civil, os metalúrgicos, etc., encontram-se em luta contra os despedimentos e os encerramentos, contra a miséria em que os patrões os querem lançar.
 II — PORQUE TODOS ESTES DESPEDIMENTOS?
 Para além dos casos pouco significativos das empresas que só podiam existir à custa de salários de fome, mantidos por uma repressão violenta, e que um pequeno aumento de salários veio pôr em causa, os despedimentos, na sua maioria, têm sido feitos por médias e grandes empresas e pelas controladas pelo capital estrangeiro.
 Os capitalistas estrangeiros que para cá vieram para nos explorarem desenfreadamente à custa dos salários miseráveis que nos podiam pagar, da repressão sobre as nossas lutas que o governo fascista assegurava e de todas as facilidades que lhes eram dadas, resolvem encerrar as suas fábricas ou proceder a despedimentos em massa porque nós trabalhadores mostramos ter

capacidade e iniciativa para lutar na defesa dos nossos interesses, e porque se vêm obrigados a pagar salários um pouco menos miseráveis.
 Os capitalistas portugueses pretendem com os despedimentos obrigá-los a pagar com a miséria e com o esforço redobrado a reconversão das suas fábricas. Tal reconversão é-lhes imposta pela crise que eles próprios criaram, ao basearem toda uma máquina produtiva nos salários miseráveis, nas duríssimas condições de trabalho que sempre nos impuseram e na sobre-exploração dos nossos camaradas trabalhadores de Angola, Guiné e Cabo Verde e Moçambique.
 III — O GOVERNO PROVISÓRIO TEM DE APLICAR O PROGRAMA DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS NA DEFESA DOS Nossos INTERESSES
 O Governo Provisório não pode continuar passivo face ao agravamento da nossa situação!
 O Governo Provisório não pode continuar a deixar fascistas do trabalho para nos lançarem no desemprego e na miséria. O Governo Provisório não pode continuar a deixar o caminho livre aos capitalistas estrangeiros para fazerem o que muito bem lhes apetece.
 O Governo Provisório tem de garantir o salário aos trabalhadores despedidos através dos fundos que resultam das nossas contribuições e

A Imprensa dos Trabalhadores

JORNAL DA GREVE (SUSPENSA) DOS TRABALHADORES EFACEC-INEL-LISBOA

A unidade é a força dos TRABALHADORES!

A NOSSA LUTA CONTINUA

Camaradas,

Depois de três dias sem jornal cá estamos outra vez para continuarmos a nossa luta. A nova situação criada trouxe-nos diversas dificuldades de ordem técnica que nos leva a que o jornal deixe de ser periódico, levanta a que deixamos de convívio que criamos com a nossa luta, na qual o jornal teve um papel importante devida a esta nova situação convém que nos debruçemos sobre a análise de toda a nossa luta.

Já antes do 25 de Abril o desconhecimento existente alguns sectores da nossa empresa, principalmente junto do sector operário era enorme. A situação política existente então, levanta a que fosse o sector operário o sector mais desprotegido quer no aspecto social quer no aspecto económico.

Verificou-se também que alguns trabalhadores tiveram problemas económicos relacionados com a manutenção da greve. No entanto, note-se que não foram só os operários que mais recorreram ao fundo de greve. Deveríamos pois, ter mobilizado mais os camaradas de trabalho para uma melhor recolha de fundos que como vemos têm papel importante na manutenção de uma greve.

Outra questão que também contribuiu para o enfraquecimento da nossa força foi o facto do pessoal estar dividido por oito locais de trabalho. O que, além de permitir o lançamento de ideias incorrectas e de boatos por parte de alguns traidores dos trabalhadores, motiva também um difícil contacto entre os grevistas.

Os novos dados objectivos levaram à decisão de suspensão da greve e para isso contribuíram também dois pontos importantes:

Por um lado a necessidade de alargar a nossa luta aos colegas do Porto.

Por outro lado a possibilidade de reorganizar a nossa força.

Mas, a nossa luta não pára, e quarta-feira (31 de Julho), realiza-se no Porto o plenário dos trabalhadores do Norte com vista a elegerem a sua comissão representativa. Devemos pois, apoiar integralmente os camaradas do Porto com vista à eleição da sua comissão.

Porque, para que a comissão do Norte seja representativa da maioria operária, devemos levar até eles a nossa experiência continuando a desenvolver a nossa luta em volta dos pontos do nosso caderno reivindicativo que também é deles.

Só a nossa vontade de prosseguir conseguirá uma sociedade melhor onde os trabalhadores, produtores de toda a riqueza, tenham o lugar que merecem nessa sociedade que será efectivamente sua.

Unamo-nos pois, com os camaradas do Porto para podermos alcançar vitórias ainda maiores.

Neste momento ainda estão por alcançar grandes regalias sociais e um horário de trabalho que permita o tempo livre necessário para a educação de nós próprios e dos nossos filhos. As 49 horas semanais são um objectivo que está permanentemente ao alcance, não só dos trabalhadores mas também dentro das possibilidades da empresa.

Com os camaradas do Porto, trabalhadores como nós, com os mesmos problemas de ordem geral e com os mesmos anseios prósperos na conquista duma sociedade que deve ser dos trabalhadores.

A UNIDADE DOS TRABALHADORES É A SUA CONSCIENCIA COLECTIVA LEVARÁ AS SUAS DECISÕES A VITÓRIA!!!

Depois de três dias sem jornal cá estamos outra vez para continuarmos a nossa luta. A nova situação criada trouxe-nos diversas dificuldades de ordem técnica que nos leva a que o jornal deixe de ser periódico, levanta a que deixamos de convívio que criamos com a nossa luta, na qual o jornal teve um papel importante devida a esta nova situação convém que nos debruçemos sobre a análise de toda a nossa luta.

Já antes do 25 de Abril o desconhecimento existente alguns sectores da nossa empresa, principalmente junto do sector operário era enorme. A situação política existente então, levanta a que fosse o sector operário o sector mais desprotegido quer no aspecto social quer no aspecto económico.

Depois de três dias sem jornal cá estamos outra vez para continuarmos a nossa luta. A nova situação criada trouxe-nos diversas dificuldades de ordem técnica que nos leva a que o jornal deixe de ser periódico, levanta a que deixamos de convívio que criamos com a nossa luta, na qual o jornal teve um papel importante devida a esta nova situação convém que nos debruçemos sobre a análise de toda a nossa luta.

Depois de três dias sem jornal cá estamos outra vez para continuarmos a nossa luta. A nova situação criada trouxe-nos diversas dificuldades de ordem técnica que nos leva a que o jornal deixe de ser periódico, levanta a que deixamos de convívio que criamos com a nossa luta, na qual o jornal teve um papel importante devida a esta nova situação convém que nos debruçemos sobre a análise de toda a nossa luta.

É PRECISO TRABALHAR

A imprensa portuguesa noticiou à dias o texto da comunicação do 1.º Ministro, do qual salientamos:

«Não podemos convencer-nos que o 25 de Abril tenha gerado a prosperidade e a abundância onde a miséria grassava. Não se passa de um momento para o outro de um país dos mais atrasados da Europa para o nível de uma França ou de uma Itália.

É um processo que exige uma devoção e um patriotismo capazes de fazer aceitar, a todos mas a todos, os maiores sacrifícios, quer na austeridade em que teremos de nos habituar a viver, quer no trabalho, muito trabalho a que temos que nos entregar...

Não se pode realmente juntar a tamanho descaro maior soma de cinismo! porque não duvidemos, esta gente está parva se julga que os operários parvos estão!!!

Afinal quem é que trabalhou para que os parasitas possam ter bons lates, bons carros, boas vivendas e grandes fábricas?

FORAM OS OPERÁRIOS!!!

então, é preciso mais sacrifícios? vamos a isso!! A salvação está no trabalho! Perfeitamente de acordo!! Vamos ao trabalho!!! Trabalhemos todos! Mas daí vós o exemplo: chegai-vos aos campos; entrai nas oficinas; descei às minas; empunhai a foice, o martelo, a picareta, pois de outro modo é utópico estar a pedir sacrifícios àqueles que sentem na carne, todo o peso da exploração, enquanto outros passam a vida nas boates e nos casinos.

Conhecíamos bem o governo anterior e este? A exploração do nosso suor a riqueza que produzimos vai para o bolso de quem? Então o país está a beira da ruína, e Melos, Vinhas e companhia limitada possuem 120 milhões de contos para investimentos que servirão para novas explorações? Então a liberdade tão apregoada, é a liberdade de continuar a explorar-nos como antes? O que nos pedem afinal, de arregaçar as mangas e apertar o cinto da ruína? mas a favor de quem?

Claro que o desenvolvimento que o grupo Vinhas, Champau-

GREVE NA FIAÇÃO C

No dia 21 de Maio os trabalhadores do 3.º turno da Fiação da Nartarfil (Riopele) entram em greve às 24 horas.

No caderno reivindicativo, não escrito, é de salientar: a) um aumento geral de salários; b) acabar com as diferenças de salários entre categorias iguais; c) maior respeito pela dignidade de seres humanos que são iguais a encarregados, mestres e patrões; d) melhores condições de trabalho na Empresa: higiene, fora o controle de idas ao quarto de banho, etc.

Comunicado ao fiscal o «porquê» da greve, este entrou em comunicação com a Administração (Sr. Fernando Pimenta). Pelo telefone, este prometeu um aumento indefinido de salários, ao mesmo tempo que aconselhava o retorno ao trabalho. «A Empresa tem confiança nos operários, por isso podem trabalhar, que os vossos problemas serão resolvidos» — declarou pelo telefone aos grevistas.

Entretanto, foi-lhe perguntado pelos operários de quanto seria o aumento e quando se verificaria. Aqui já tinha havido uma promessa de aumento de salários. Todavia, como se não obtivesse uma resposta concreta, decidiu-se a continuação da greve.

ONDE ESTAO OS LUCROS DA EMPRESA?

As 6 da manhã chegam os operários do 1.º turno. Sendo informados do que se passava estes aderiram à greve. A administração viria pessoalmente junto dos operários às 10 da manhã. Verifica-se uma reunião da Administração com os representantes grevistas.

«A Empresa tem dificuldade em fazer o aumento. A situação de greve não resolve o problema, só o agrava» — declarou um dos membros da Administração.

Os trabalhadores presentes respondem à Administração, perguntando até que ponto a Empresa tinha dificuldade no aumento estando a pagar a alguns empregados ordenados de 30 e mais contos mensais. Afirmaram ainda que as dificuldades de aumento não tinham base, já que no ano transacto se verificou

COMO NOTA SUPLEMENTAR À FESTA, OS OPERÁRIOS DA REVISTA, SABENDO QUE A FILHA DO PATRÃO IA CASAR, ORGANIZAM UM OUTRO PEDITÓRIO.

Não rendeu muito, mas deu para comprar uma máquina de lavar.

Ultimamente, e ainda em estudo, está-se a organizar um outro peditário com o fim de angariar fundos para oferecer qualquer lembrança no casamento do filho de um dos administradores (Sr. Fernando Pimenta).

Entretanto, esperemos por algum filho para organizar novo peditário.

A MORAL DA HISTORIA

Enquanto os operários da Fiação C, conscientes de uma exploração por parte dos patrões, das péssimas condições de trabalho e de vida, entram em luta aberta com a Empresa.

Por outro lado, um grupo de operários de salários mais elevados, põem-se ao lado do patrão, colocando-se de imediato ao lado da exploração.

É altura para perguntar quantos terços já resaram para a Empresa não ir à falência.

A. O.

NUM BREVE ESPAÇO DE TEMPO, NA EMPRESA RIOPELE, APARECERAM DUAS TOMADAS DE POSIÇÃO CONTRADITÓRIAS.

Por um lado, a greve da Fiação C exigindo melhores salários e condições de trabalho. Por outra parte, uma festa de flores, agradecendo à entidade patronal e terem recebido o salário mínimo estabelecido por Decreto (3 300 escudos) e apoiando toda e qualquer iniciativa da Empresa.

Disto passamos a relatar:

EM CONTRASTE COM A GREVE INICIADA PELA FIAÇÃO C EM 21 DE MAIO, SURTI-SE NOS PRINCÍPIOS DE JUNHO, UMA MANOBRAGEM DE REACÇÃO NA EMPRESA DE APOIO AO PATRÃO.

Prendia-se a agradecer à entidade patronal o aumento recebido e contrariar a greve que dias antes levaram a cabo as do 3.º turno na Fiação C.

Cravos no peito, flores que se oferecem ao patrão, são o princípio do teatro efectuado no dia 8 de Junho. Para isto, e como cenário, foi autorizada a paralisação de todas as secções da Empresa. Dias antes, na reunião dos grevistas com a Empresa, tentava-se responsabilizar os operários pelos prejuízos motivados pela aderência do 1.º turno à greve, agora autoriza-se a paralisação e nem sequer se fala em prejuízos.

«MEUS AMIGOS: COMO DEVEM CALCULAR, ESTAMOS, NATURALMENTE, EMOCIONADOS PELA MAGNÍFICA MANIFESTAÇÃO DE CIVISMO, DE PROBIÇÃO E CONFIANÇA NA ACTIVIDADE DA NOSSA ORGANIZAÇÃO.»

...É evidente que, para o nível de vida que todos nós ansiámos, se torna necessário um colectivismo regular na acção e força do trabalho. Pois nós já tomamos consciência do aumento de responsabilidades, por aquisições de equipamento industrial e regularização salarial.

...nosso País ser de dimensões reduzidas para o consumo necessário dos nossos produtos. Por este facto chamamos, mais uma vez, a vossa atenção para que continuemos unificados, em obrigações e deveres, no sentido de obtermos o progresso e bem-estar de todos nós.

Em contrapartida, ao discurso proferido pela entidade patronal, os operários (organizadores da festa) enviaram uma mensagem aos órgãos de Informação:

«OS OPERÁRIOS E EMPREGADOS DO GRUPO RIOPELE MANIFESTARAM HOJE DURANTE UMA CERIMÓNIA SIMPLES, MAS DE ALTO SIGNIFICADO, O SEU INTEREIRO E INCONTÁVEL APOLO AO TRABALHO DESDESENVOLVIDO PELOS ADMINISTRADORES.»

PERSPECTIVA

MÊS DE JULHO MENSÁRIO REGIONAL Nº 1 - ANO I

RIOPELE, DA GREVE À FESTA DAS FLORES

Num breve espaço de tempo, na Empresa Riopele, apareceram duas tomadas de posição contraditórias. Por um lado, a greve da Fiação C exigindo melhores salários e condições de trabalho. Por outra parte, uma festa de flores, agradecendo à entidade patronal e terem recebido o salário mínimo estabelecido por Decreto (3 300 escudos) e apoiando toda e qualquer iniciativa da Empresa.

Disto passamos a relatar:

GREVE NA FIAÇÃO C

No dia 21 de Maio os trabalhadores do 3.º turno da Fiação da Nartarfil (Riopele) entram em greve às 24 horas.

No caderno reivindicativo, não escrito, é de salientar: a) um aumento geral de salários; b) acabar com as diferenças de salários entre categorias iguais; c) maior respeito pela dignidade de seres humanos que são iguais a encarregados, mestres e patrões; d) melhores condições de trabalho na Empresa: higiene, fora o controle de idas ao quarto de banho, etc.

Comunicado ao fiscal o «porquê» da greve, este entrou em comunicação com a Administração (Sr. Fernando Pimenta). Pelo telefone, este prometeu um aumento indefinido de salários, ao mesmo tempo que aconselhava o retorno ao trabalho. «A Empresa tem confiança nos operários, por isso podem trabalhar, que os vossos problemas serão resolvidos» — declarou pelo telefone aos grevistas.

Entretanto, foi-lhe perguntado pelos operários de quanto seria o aumento e quando se verificaria. Aqui já tinha havido uma promessa de aumento de salários. Todavia, como se não obtivesse uma resposta concreta, decidiu-se a continuação da greve.

ONDE ESTAO OS LUCROS DA EMPRESA?

As 6 da manhã chegam os operários do 1.º turno. Sendo informados do que se passava estes aderiram à greve. A administração viria pessoalmente junto dos operários às 10 da manhã. Verifica-se uma reunião da Administração com os representantes grevistas.

«A Empresa tem dificuldade em fazer o aumento. A situação de greve não resolve o problema, só o agrava» — declarou um dos membros da Administração.

Os trabalhadores presentes respondem à Administração, perguntando até que ponto a Empresa tinha dificuldade no aumento estando a pagar a alguns empregados ordenados de 30 e mais contos mensais. Afirmaram ainda que as dificuldades de aumento não tinham base, já que no ano transacto se verificou

COMO NOTA SUPLEMENTAR À FESTA, OS OPERÁRIOS DA REVISTA, SABENDO QUE A FILHA DO PATRÃO IA CASAR, ORGANIZAM UM OUTRO PEDITÓRIO.

Não rendeu muito, mas deu para comprar uma máquina de lavar.

Ultimamente, e ainda em estudo, está-se a organizar um outro peditário com o fim de angariar fundos para oferecer qualquer lembrança no casamento do filho de um dos administradores (Sr. Fernando Pimenta).

Entretanto, esperemos por algum filho para organizar novo peditário.

A MORAL DA HISTORIA

Enquanto os operários da Fiação C, conscientes de uma exploração por parte dos patrões, das péssimas condições de trabalho e de vida, entram em luta aberta com a Empresa.

Por outro lado, um grupo de operários de salários mais elevados, põem-se ao lado do patrão, colocando-se de imediato ao lado da exploração.

É altura para perguntar quantos terços já resaram para a Empresa não ir à falência.

A. O.

NUM BREVE ESPAÇO DE TEMPO, NA EMPRESA RIOPELE, APARECERAM DUAS TOMADAS DE POSIÇÃO CONTRADITÓRIAS.

Por um lado, a greve da Fiação C exigindo melhores salários e condições de trabalho. Por outra parte, uma festa de flores, agradecendo à entidade patronal e terem recebido o salário mínimo estabelecido por Decreto (3 300 escudos) e apoiando toda e qualquer iniciativa da Empresa.

Disto passamos a relatar:

EM CONTRASTE COM A GREVE INICIADA PELA FIAÇÃO C EM 21 DE MAIO, SURTI-SE NOS PRINCÍPIOS DE JUNHO, UMA MANOBRAGEM DE REACÇÃO NA EMPRESA DE APOIO AO PATRÃO.

Prendia-se a agradecer à entidade patronal o aumento recebido e contrariar a greve que dias antes levaram a cabo as do 3.º turno na Fiação C.

Cravos no peito, flores que se oferecem ao patrão, são o princípio do teatro efectuado no dia 8 de Junho. Para isto, e como cenário, foi autorizada a paralisação de todas as secções da Empresa. Dias antes, na reunião dos grevistas com a Empresa, tentava-se responsabilizar os operários pelos prejuízos motivados pela aderência do 1.º turno à greve, agora autoriza-se a paralisação e nem sequer se fala em prejuízos.

«MEUS AMIGOS: COMO DEVEM CALCULAR, ESTAMOS, NATURALMENTE, EMOCIONADOS PELA MAGNÍFICA MANIFESTAÇÃO DE CIVISMO, DE PROBIÇÃO E CONFIANÇA NA ACTIVIDADE DA NOSSA ORGANIZAÇÃO.»

...É evidente que, para o nível de vida que todos nós ansiámos, se torna necessário um colectivismo regular na acção e força do trabalho. Pois nós já tomamos consciência do aumento de responsabilidades, por aquisições de equipamento industrial e regularização salarial.

...nosso País ser de dimensões reduzidas para o consumo necessário dos nossos produtos. Por este facto chamamos, mais uma vez, a vossa atenção para que continuemos unificados, em obrigações e deveres, no sentido de obtermos o progresso e bem-estar de todos nós.

Em contrapartida, ao discurso proferido pela entidade patronal, os operários (organizadores da festa) enviaram uma mensagem aos órgãos de Informação:

«OS OPERÁRIOS E EMPREGADOS DO GRUPO RIOPELE MANIFESTARAM HOJE DURANTE UMA CERIMÓNIA SIMPLES, MAS DE ALTO SIGNIFICADO, O SEU INTEREIRO E INCONTÁVEL APOLO AO TRABALHO DESSENVOLVIDO PELOS ADMINISTRADORES.»

um lucro de muitas dezenas de milhares de contos na Empresa.

A FESTA DAS FLORES

Em contraste com a greve iniciada pela Fiação C em 21 de Maio, surgiu nos princípios de Junho, uma manobra de reacção na Empresa de apoio ao patrão.

Prendia-se a agradecer à entidade patronal o aumento recebido e contrariar a greve que dias antes levaram a cabo as do 3.º turno na Fiação C.

Cravos no peito, flores que se oferecem ao patrão, são o princípio do teatro efectuado no dia 8 de Junho. Para isto, e como cenário, foi autorizada a paralisação de todas as secções da Empresa. Dias antes, na reunião dos grevistas com a Empresa, tentava-se responsabilizar os operários pelos prejuízos motivados pela aderência do 1.º turno à greve, agora autoriza-se a paralisação e nem sequer se fala em prejuízos.

«MEUS AMIGOS: COMO DEVEM CALCULAR, ESTAMOS, NATURALMENTE, EMOCIONADOS PELA MAGNÍFICA MANIFESTAÇÃO DE CIVISMO, DE PROBIÇÃO E CONFIANÇA NA ACTIVIDADE DA NOSSA ORGANIZAÇÃO.»

...É evidente que, para o nível de vida que todos nós ansiámos, se torna necessário um colectivismo regular na acção e força do trabalho. Pois nós já tomamos consciência do aumento de responsabilidades, por aquisições de equipamento industrial e regularização salarial.

...nosso País ser de dimensões reduzidas para o consumo necessário dos nossos produtos. Por este facto chamamos, mais uma vez, a vossa atenção para que continuemos unificados, em obrigações e deveres, no sentido de obtermos o progresso e bem-estar de todos nós.

Em contrapartida, ao discurso proferido pela entidade patronal, os operários (organizadores da festa) enviaram uma mensagem aos órgãos de Informação:

«OS OPERÁRIOS E EMPREGADOS DO GRUPO RIOPELE MANIFESTARAM HOJE DURANTE UMA CERIMÓNIA SIMPLES, MAS DE ALTO SIGNIFICADO, O SEU INTEREIRO E INCONTÁVEL APOLO AO TRABALHO DESSENVOLVIDO PELOS ADMINISTRADORES.»

«OS OPERÁRIOS E EMPREGADOS DO GRUPO RIOPELE MANIFESTARAM HOJE DURANTE UMA CERIMÓNIA SIMPLES, MAS DE ALTO SIGNIFICADO, O SEU INTEREIRO E INCONTÁVEL APOLO AO TRABALHO DESSENVOLVIDO PELOS ADMINISTRADORES.»

«OS OPERÁRIOS E EMPREGADOS DO GRUPO RIOPELE MANIFESTARAM HOJE DURANTE UMA CERIMÓNIA SIMPLES, MAS DE ALTO SIGNIFICADO, O SEU INTEREIRO E INCONTÁVEL APOLO AO TRABALHO DESSENVOLVIDO PELOS ADMINISTRADORES.»

«OS OPERÁRIOS E EMPREGADOS DO GRUPO RIOPELE MANIFESTARAM HOJE DURANTE UMA CERIMÓNIA SIMPLES, MAS DE ALTO SIGNIFICADO, O SEU INTEREIRO E INCONTÁVEL APOLO AO TRABALHO DESSENVOLVIDO PELOS ADMINISTRADORES.»

«OS OPERÁRIOS E EMPREGADOS DO GRUPO RIOPELE MANIFESTARAM HOJE DURANTE UMA CERIMÓNIA SIMPLES, MAS DE ALTO SIGNIFICADO, O SEU INTEREIRO E INCONTÁVEL APOLO AO TRABALHO DESSENVOLVIDO PELOS ADMINISTRADORES.»

«OS OPERÁRIOS E EMPREGADOS DO GRUPO RIOPELE MANIFESTARAM HOJE DURANTE UMA CERIMÓNIA SIMPLES, MAS DE ALTO SIGNIFICADO, O SEU INTEREIRO E INCONTÁVEL APOLO AO TRABALHO DESSENVOLVIDO PELOS ADMINISTRADORES.»

«OS OPERÁRIOS E EMPREGADOS DO GRUPO RIOPELE MANIFESTARAM HOJE DURANTE UMA CERIMÓNIA SIMPLES, MAS DE ALTO SIGNIFICADO, O SEU INTEREIRO E INCONTÁVEL APOLO AO TRABALHO DESSENVOLVIDO PELOS ADMINISTRADORES.»

«OS OPERÁRIOS E EMPREGADOS DO GRUPO RIOPELE MANIFESTARAM HOJE DURANTE UMA CERIMÓNIA SIMPLES, MAS DE ALTO SIGNIFICADO, O SEU INTEREIRO E INCONTÁVEL APOLO AO TRABALHO DESSENVOLVIDO PELOS ADMINISTRADORES.»

«OS OPERÁRIOS E EMPREGADOS DO GRUPO RIOPELE MANIFESTARAM HOJE DURANTE UMA CERIMÓNIA SIMPLES, MAS DE ALTO SIGNIFICADO, O SEU INTEREIRO E INCONTÁVEL APOLO AO TRABALHO DESSENVOLVIDO PELOS ADMINISTRADORES.»

«OS OPERÁRIOS E EMPREGADOS DO GRUPO RIOPELE MANIFESTARAM HOJE DURANTE UMA CERIMÓNIA SIMPLES, MAS DE ALTO SIGNIFICADO, O SEU INTEREIRO E INCONTÁVEL APOLO AO TRABALHO DESSENVOLVIDO PELOS ADMINISTRADORES.»

«OS OPERÁRIOS E EMPREGADOS DO GRUPO RIOPELE MANIFESTARAM HOJE DURANTE UMA CERIMÓNIA SIMPLES, MAS DE ALTO SIGNIFICADO, O SEU INTEREIRO E INCONTÁVEL APOLO AO TRABALHO DESSENVOLVIDO PELOS ADMINISTRADORES.»

«OS OPERÁRIOS E EMPREGADOS DO GRUPO RIOPELE MANIFESTARAM HOJE DURANTE UMA CERIMÓNIA SIMPLES, MAS DE ALTO SIGNIFICADO, O SEU INTEREIRO E INCONTÁVEL APOLO AO TRABALHO DESSENVOLVIDO PELOS ADMINISTRADORES.»

COMUNICADO SOBRE A GREVE

JORNAL dos OPERÁRIOS e GREVISTAS da MABOR

Nº 1 23/Julho/74

No dia 12 de Maio do ano em curso, foi pedida a comparação para uma reunião extraordinária, levada a efeito no Salão de Festas da Mabor, e a pedido dos trabalhadores, do Ex.º Sr. Dr. Miguel Quina, Presidente do Conselho Geral da Administração da Mabor, para que lhe fosse apresentado pelos operários, um caderno reivindicativo.

Fomos atendidos e tivemos nessa reunião a presença do Sr. Dr. Miguel Quina, o qual depois de lhe ter sido lido e apresentado o caderno reivindicativo, prometeu debruçar-se sobre o estudo das mesmas, e prometendo ainda dar a melhor solução ao nosso pedido. Foi-nos posto à disposição um membro da administração para discutir e apreciar alguns dos pontos reivindicativos, juntamente com uma Comissão Sindical Operária escolhida livremente e democraticamente por todos os operários.

Depois de diversas reuniões com esse membro da administração ficou acordado os seguintes pontos reivindicativos: comparticipação nos lucros, sem percentagens ou números,

salário por inteiro quando com baixa ou acidente, sala de convívio, bar aberto a todos os turnos e biblioteca, nada mais foi decidido a não ser um aumento geral de 50% o que não foi aceite pelos operários, pois quem ganhava muito tinha um grande aumento, enquanto quem ganhava pouco tinha pouco aumento e o que nós pretendemos é acabar com as grandes diferenças existentes e nunca admitir que eles com as grandes diferenças existentes e nunca admitir que eles aumentem ainda mais, por isso, alertamos esse Sr. Administrador das consequências graves que poderiam surgir se acaso assim procedessem, o que esse Senhor não deu a mínima importância, pelo que no dia 30 de Maio, depois do jantar e por volta das 21 horas, os operários decidiram entrar em greve pelas seguintes reivindicações que consideram justas e urgentes: salário mínimo de 6000\$00, 40 horas de trabalho em 5 dias, um mês de férias com 100% de subsídio e um subsídio de natal de 100%.

Depois de diversas reuniões com dois membros da administração foi-nos considerado um mês de férias com

100% de subsídio e o subsídio de natal de 100%, até que no dia 17 do corrente e atendendo a que uma boa parte dos operários estavam decididos a aceitar uma contraproposta da administração que era de um salário mínimo de 4500\$00. Excepção feita a aprendizes e jardineiros. Se a administração para isso lhes pagasse todos os dias de greve, cedendo ainda os operários as 40 horas como ponto reivindicativo, o que a administração concordava em pagar parte dos dias de greve sem nunca ter concordado em pagar na totalidade, o que os operários não concordaram, ficando marcada nova reunião para o dia 19 do corrente pelas 10.30 horas e a Senhora administração decidiu entrar em gozo com os operários passando a não cumprir os horários marcados por esses Senhores para as reuniões com os operários. Essa reunião marcada para as 10.30 horas do dia 19, não foi cumprida no horário pela administração, pois, quando chegaram à fábrica eram cerca das 12 horas. Nada ficou decidido nessa reunião, o que a administração marcou nova reunião para as 17 horas desse

mesmo dia 19. Todos os operários estavam convencidos de que tudo iria ficar decidido nessa reunião e os Senhores Administradores resolveram mais uma vez gozar com os operários, não comparecendo a essa reunião, limitando-se a telefonar para a fábrica cerca das 18.20 horas perguntando qual era a reacção dos operários: isto é inadmissível, quando tudo levava a crer que a greve iria acabar. A administração mostrou mais uma vez o seu interesse em não resolver os problemas mais fáceis.

Depois de todo esse gozo por parte da administração, os operários feridos na sua dignidade, decidiram dar a conhecer à administração de que todas as negociações anteriores a ser inúteis, voltando tudo às reivindicações iniciais, por isso, a partir do dia 19 do corrente, os operários voltam a consentir e a interessar-se por negociações com a administração, mas com os dois pontos reivindicativos que são fundamentais: 6000\$00 de salário mínimo e 40 horas em 5 dias, bem assim como o pagamento de todos os dias de greve como se estivessem efectivamente ao serviço.

mesmo dia 19. Todos os operários estavam convencidos de que tudo iria ficar decidido nessa reunião e os Senhores Administradores resolveram mais uma vez gozar com os operários, não comparecendo a essa reunião, limitando-se a telefonar para a fábrica cerca das 18.20 horas perguntando qual era a reacção dos operários: isto é inadmissível, quando tudo levava a crer que a greve iria acabar. A administração mostrou mais uma vez o seu interesse em não resolver os problemas mais fáceis.

Depois de todo esse gozo por parte da administração, os operários feridos na sua dignidade, decidiram dar a conhecer à administração de que todas as negociações anteriores a ser inúteis, voltando tudo às reivindicações iniciais, por isso, a partir do dia 19 do corrente, os operários voltam a consentir e a interessar-se por negociações com a administração, mas com os dois pontos reivindicativos que são fundamentais: 6000\$00 de salário mínimo e 40 horas em 5 dias, bem assim como o pagamento de todos os dias de greve como se estivessem efectivamente ao serviço.

mesmo dia 19. Todos os operários estavam convencidos de que tudo iria ficar decidido nessa reunião e os Senhores Administradores resolveram mais uma vez gozar com os operários, não comparecendo a essa reunião, limitando-se a telefonar para a fábrica cerca das 18.20 horas perguntando qual era a reacção dos operários: isto é inadmissível, quando tudo levava a crer que a greve iria acabar. A administração mostrou mais uma vez o seu interesse em não resolver os problemas mais fáceis.

Depois de todo esse gozo por parte da administração, os operários feridos na sua dignidade, decidiram dar a conhecer à administração de que todas as negociações anteriores a ser inúteis, voltando tudo às reivindicações iniciais, por isso, a partir do dia 19 do corrente, os operários voltam a consentir e a interessar-se por negociações com a administração, mas com os dois pontos reivindicativos que são fundamentais: 6000\$00 de salário mínimo e 40 horas em 5 dias, bem assim como o pagamento de todos os dias de greve como se estivessem efectivamente ao serviço.

mesmo dia 19. Todos os operários estavam convencidos de que tudo iria ficar decidido nessa reunião e os Senhores Administradores resolveram mais uma vez gozar com os operários, não comparecendo a essa reunião, limitando-se a telefonar para a fábrica cerca das 18.20 horas perguntando qual era a reacção dos operários: isto é inadmissível, quando tudo levava a crer que a greve iria acabar. A administração mostrou mais uma vez o seu interesse em não resolver os problemas mais fáceis.

Depois de todo esse gozo por parte da administração, os operários feridos na sua dignidade, decidiram dar a conhecer à administração de que todas as negociações anteriores a ser inúteis, voltando tudo às reivindicações iniciais, por isso, a partir do dia 19 do corrente, os operários voltam a consentir e a interessar-se por negociações com a administração, mas com os dois pontos reivindicativos que são fundamentais: 6000\$00 de salário mínimo e 40 horas em 5 dias, bem assim como o pagamento de todos os dias de greve como se estivessem efectivamente ao serviço.

mesmo dia 19. Todos os operários estavam convencidos de que tudo iria ficar decidido nessa reunião e os Senhores Administradores resolveram mais uma vez gozar com os operários, não comparecendo a essa reunião, limitando-se a telefonar para a fábrica cerca das 18.20 horas perguntando qual era a reacção dos operários: isto é inadmissível, quando tudo levava a crer que a greve iria acabar. A administração mostrou mais uma vez o seu interesse em não resolver os problemas mais fáceis.

Depois de todo esse gozo por parte da administração, os operários feridos na sua dignidade, decidiram dar a conhecer à administração de que todas as negociações anteriores a ser inúteis, voltando tudo às reivindicações iniciais, por isso, a partir do dia 19 do corrente, os operários voltam a consentir e a interessar-se por negociações com a administração, mas com os dois pontos reivindicativos que são fundamentais: 6000\$00 de salário mínimo e 40 horas em 5 dias, bem assim como o pagamento de todos os dias de greve como se estivessem efectivamente ao serviço.

mesmo dia 19. Todos os operários estavam convencidos de que tudo iria ficar decidido nessa reunião e os Senhores Administradores resolveram mais uma vez gozar com os operários, não comparecendo a essa reunião, limitando-se a telefonar para a fábrica cerca das 18.20 horas perguntando qual era a reacção dos operários: isto é inadmissível, quando tudo levava a crer que a greve iria acabar. A administração mostrou mais uma vez o seu interesse em não resolver os problemas mais fáceis.

Depois de todo esse gozo por parte da administração, os operários feridos na sua dignidade, decidiram dar a conhecer à administração de que todas as negociações anteriores a ser inúteis, voltando tudo às reivindicações iniciais, por isso, a partir do dia 19 do corrente, os operários voltam a consentir e a interessar-se por negociações com a administração, mas com os dois pontos reivindicativos que são fundamentais: 6000\$00 de salário mínimo e 40 horas em 5 dias, bem assim como o pagamento de todos os dias de greve como se estivessem efectivamente ao serviço.

mesmo dia 19. Todos os operários estavam convencidos de que tudo iria ficar decidido nessa reunião e os Senhores Administradores resolveram mais uma vez gozar com os operários, não comparecendo a essa reunião, limitando-se a telefonar para a fábrica cerca das 18.20 horas perguntando qual era a reacção dos operários: isto é inadmissível, quando tudo levava a crer que a greve iria acabar. A administração mostrou mais uma vez o seu interesse em não resolver os problemas mais fáceis.

Depois de todo esse gozo por parte da administração, os operários feridos na sua dignidade, decidiram dar a conhecer à administração de que todas as negociações anteriores a ser inúteis, voltando tudo às reivindicações iniciais, por isso, a partir do dia 19 do corrente, os operários voltam a consentir e a interessar-se por negociações com a administração, mas com os dois pontos reivindicativos que são fundamentais: 6000\$00 de salário mínimo e 40 horas em 5 dias, bem assim como o pagamento de todos os dias de greve como se estivessem efectivamente ao serviço.

mesmo dia 19. Todos os operários estavam convencidos de que tudo iria ficar decidido nessa reunião e os Senhores Administradores resolveram mais uma vez gozar com os operários, não comparecendo a essa reunião, limitando-se a telefonar para a fábrica cerca das 18.20 horas perguntando qual era a reacção dos operários: isto é inadmissível, quando tudo levava a crer que a greve iria acabar. A administração mostrou mais uma vez o seu interesse em não resolver os problemas mais fáceis.

Depois de todo esse gozo por parte da administração, os operários feridos na sua dignidade, decidiram dar a conhecer à administração de que todas as negociações anteriores a ser inúteis, voltando tudo às reivindicações iniciais, por isso, a partir do dia 19 do corrente, os operários voltam a consentir e a interessar-se por negociações com a administração, mas com os dois pontos reivindicativos que são fundamentais: 6000\$00 de salário mínimo e 40 horas em 5 dias, bem assim como o pagamento de todos os dias de greve como se estivessem efectivamente ao serviço.

mesmo dia 19. Todos os operários estavam convencidos de que tudo iria ficar decidido nessa reunião e os Senhores Administradores resolveram mais uma vez gozar com os operários, não comparecendo a essa reunião, limitando-se a telefonar para a fábrica cerca das 18.20 horas perguntando qual era a reacção dos operários: isto é inadmissível, quando tudo levava a crer que a greve iria acabar. A administração mostrou mais uma vez o seu interesse em não resolver os problemas mais fáceis.

Depois de todo esse gozo por parte da administração, os operários feridos na sua dignidade, decidiram dar a conhecer à administração de que todas as negociações anteriores a ser inúteis, voltando tudo às reivindicações iniciais, por isso, a partir do dia 19 do corrente, os operários voltam a consentir e a interessar-se por negociações com a administração, mas com os dois pontos reivindicativos que são fundamentais: 6000\$00 de salário mínimo e 40 horas em 5 dias, bem assim como o pagamento de todos os dias de greve como se estivessem efectivamente ao serviço.

mesmo dia 19. Todos os operários estavam convencidos de que tudo iria ficar decidido nessa reunião e os Senhores Administradores resolveram mais uma vez gozar com os operários, não comparecendo a essa reunião, limitando-se a telefonar para a fábrica cerca das 18.20 horas perguntando qual era a reacção dos operários: isto é inadmissível, quando tudo levava a crer que a greve iria acabar. A administração mostrou mais uma vez o seu interesse em não resolver os problemas mais fáceis.

Depois de todo esse gozo por parte da administração, os operários feridos na sua dignidade, decidiram dar a conhecer à administração de que todas as negociações anteriores a ser inúteis, voltando tudo às reivindicações iniciais, por isso, a partir do dia 19 do corrente, os operários voltam a consentir e a interessar-se por negociações com a administração, mas com os dois pontos reivindicativos que são fundamentais: 6000\$00 de salário mínimo e 40 horas em 5 dias, bem assim como o pagamento de todos os dias de greve como se estivessem efectivamente ao serviço.

mesmo dia 19. Todos os operários estavam convencidos de que tudo iria ficar decidido nessa reunião e os Senhores Administradores resolveram mais uma vez gozar com os operários, não comparecendo a essa reunião, limitando-se a telefonar para a fábrica cerca das 18.20 horas perguntando qual era a reacção dos operários: isto é inadmissível, quando tudo levava a crer que a greve iria acabar. A administração mostrou mais uma vez o seu interesse em não resolver os problemas mais fáceis.

Depois de todo esse gozo por parte da administração, os operários feridos na sua dignidade, decidiram dar a conhecer à administração de que todas as negociações anteriores a ser inúteis, voltando tudo às reivindicações iniciais, por isso, a partir do dia 19 do corrente, os operários voltam a consentir e a interessar-se por negociações com a administração, mas com os dois pontos reivindicativos que são fundamentais: 6000\$00 de salário mínimo e 40 horas em 5 dias, bem assim como o pagamento de todos os dias de greve como se estivessem efectivamente ao serviço.

mesmo dia 19. Todos os operários estavam convencidos de que tudo iria ficar decidido nessa reunião e os Senhores Administradores resolveram mais uma vez gozar com os operários, não comparecendo a essa reunião, limitando-se a telefonar para a fábrica cerca das 18.20 horas perguntando qual era a reacção dos operários: isto é inadmissível, quando tudo levava a crer que a greve iria acabar. A administração mostrou mais uma vez o seu interesse em não resolver os problemas mais fáceis.

Depois de todo esse gozo por parte da administração, os operários feridos na sua dignidade, decidiram dar a conhecer à administração de que todas as negociações anteriores a ser inúteis, voltando tudo às reivindicações iniciais, por isso, a partir do dia 19 do corrente, os operários voltam a consentir e a interessar-se por negociações com a administração, mas com os dois pontos reivindicativos que são fundamentais: 6000\$00 de salário mínimo e 40 horas em 5 dias, bem assim como o pagamento de todos os dias de greve como se estivessem efectivamente ao serviço.

mesmo dia 19. Todos os operários estavam convencidos de que tudo iria ficar decidido nessa reunião e os Senhores Administradores resolveram mais uma vez gozar com os operários, não comparecendo a essa reunião, limitando-se a telefonar para a fábrica cerca das 18.20 horas perguntando qual era a reacção dos operários: isto é inadmissível, quando tudo levava a crer que a greve iria acabar. A administração mostrou mais uma vez o seu interesse em não resolver os problemas mais fáceis.

Depois de todo esse gozo por parte da administração, os operários feridos na sua dignidade, decidiram dar a conhecer à administração de que todas as negociações anteriores a ser inúteis, voltando tudo às reivindicações iniciais, por isso, a partir do dia 19 do corrente, os operários voltam a consentir e a interessar-se por negociações com a administração, mas com os dois pontos reivindicativos que são fundamentais: 6000\$00 de salário mínimo e 40 horas em 5 dias, bem assim como o pagamento de todos os dias de greve como se estivessem efectivamente ao serviço.

mesmo dia 19. Todos os operários estavam convencidos de que

À CLASSE OPERÁRIA AOS TRABALHADORES A TODOS OS EXPLORADORES

Nós, Operários grevistas da «Mabor», queremos antes de mais ajudar a Comissão Directiva Provisória do Sindicato Operário das Indústrias Químicas por ter sabido estar claramente ao nosso lado, dia e noite, sempre que o necessitamos. Apesar de todas as pressões que sobre a CDP do nosso Sindicato se exerceram, ela soube sempre estar presente com os seus conselhos que sempre vieram a demonstrar-se correctos, sem medo mas sem aventurarmos, defendendo-nos das calúnias e dos insultos vindos de tanto lado ao mesmo tempo, que sempre se recusou a decidir sem nos consultar, exigindo sempre que os grevistas, e só os grevistas, tudo decidissem depois de, em reunião, analisar a situação.

Habitualmente durante anos a ter no Sindicato uma Direcção que nunca nos defendeu e sempre que pôde nos tratou, vimos o Sindicato ser dirigido até à Assembleia Geral de 7 de Julho por um grupo de oportunistas que usou vários meios para nos atrair por trás das costas enquanto pela frente tudo nos prometia. Não podemos deixar de ver a diferença entre a actual CDP e os «dirigentes» que ocupavam a Direcção do nosso Sindicato.

Queremos também saudar calorosamente todos os camaradas que, por terem entendido a justiça da nossa luta, vieram com a sua solidariedade militante contribuir para esta vitória que se não foi total foi fundamental para nós e, acreditamo-nos, para toda a classe operária deste país.

Sabemos que a importância da nossa luta fará falar muita gente, e não ignoramos que alguns que não fizeram para esta vitória e até por vezes se nos opuseram virão agora «interessar-se» pela nossa luta. A esses queremos dizer que não admitimos uma só palavra sobre o que se passou, pois aprendemos ao longo de 70 dias a distinguir os falsos dos verdadeiros amigos.

ASPECTOS NEGATIVOS

Pela primeira vez enfrentamos frontalmente o patrão que nos explorava.

Nenhum de nós, tal como a maioria da classe operária deste país, tinha jamais participado numa luta deste tipo.

Esta experiência explica um certo número de erros que fomos cometendo, e corrigindo ao longo da greve.

Todos nós estávamos suficientemente revoltados para não hesitar a entrar em greve, mas esta não tinha sido preparada, pelo menos o suficiente; entrámos em greve 5 dias antes de receber o salário, sem analisarmos a força do adversário, as possibilidades de conseguir o apoio activo do conjunto da classe operária deste país, não conhecendo ainda o tróvão que representam as infiltrações dos falsos amigos, que defendem por palavras os operários e por actos os patrões.

Noutros termos, não estava feita uma análise suficiente e consequente das relações de força.

Não existe nenhum erro que não seja consequência do que acabamos de dizer e não esteja directamente relacionado com este, que consideramos fundamental.

ASPECTOS POSITIVOS

A nossa maior vitória foi termos sabido, ao longo da luta, tomar consciência, corrigir e tirar as lições dos erros cometidos, não só para esta luta como para todas as que seremos forçados a travar no futuro.

ESTA É A NOSSA VITÓRIA FUNDAMENTAL, QUE NINGUÉM, JAMAIS, NOS CONSEGUIRÁ ARCAIR.

1. Elevação da Consciência da Classe

No início da nossa luta não víamos até que ponto a exploração capitalista é cruel e como os interesses dos operários se opõem total e irremediavelmente aos dos patrões.

diavelmente aos dos patrões. Durante esta greve vimos como todos os capitalistas estavam por trás do nosso patrão e como a nossa luta afrontava além dele todo um sistema social.

2. Depuração dos traidores e desmascaramento dos falsos amigos

Na medida em que a dificuldade de avançar aumentava, foram-se criando situações cada vez mais claras, em que a posição de cada um se foi revelando, claramente. Foi assim que descobrimos os traidores infiltrados no nosso seio. Esta foi outra grande vitória, a descoberta dos traidores e a sua expulsão, para que estivessem no local que lhes competia: longe de quem luta pelos seus direitos, perto de quem explora.

Com os falsos amigos, com aqueles que dizem uma coisa e fazem outra, aconteceu o mesmo: o avançar da nossa luta obrigou-os a mostrar a sua verdadeira cara e assim pudemos descobrir como todas as suas conversas não passavam de promessas balofas para tentar enganar crianças.

3. Descoberta da solidariedade da classe

Se o avançar da nossa luta nos permitiu descobrir os traidores e os falsos amigos e dar-lhes o tratamento devido, também nos trouxe outra grande lição: todos os explorados são companheiros de luta e podem e devem ser solidários uns com os outros.

Já no nosso Manifesto de 29 de Junho dizíamos que a nossa luta faz parte da luta que todos os operários travam contra todos os patrões onde quer que a exploração destes se exerça sobre quem tudo produz e pouco recebe.

Tivemos durante esta greve a prova de que não nos enganamos: o dinheiro e as cartas recebidas das camaradas que têm sido obrigadas a

enfrentar frontalmente os patrões, provam-no à evidência.

Para estes camaradas vai uma saudação especial e a garantia de que não os abandonaremos quando necessitarem do nosso apoio activo e militante.

4. Reforço da unidade.

Expulsos os traidores, desmascarados os falsos amigos, sentimos hoje que a nossa unidade é mais forte do que nunca.

Hoje sabemos a força que temos, sabemos com quem contar, sabemos quem nos apoia e quem nos atraiçoa. Sabemos que esta grande vitória não acabou com a exploração de que somos vítimas.

Por isso vamos continuar a luta pelo que nos pertence, decidindo em cada momento qual a forma mais adequada e até onde avançar em cada etapa.

A descoberta da dureza da luta só reforçou a nossa união com todos os explorados desta ou outras fábricas.

5. Diminuição da exploração capitalista, melhoria das condições de vida

Para além de todas estas conquistas, que consideramos as fundamentais, a nossa luta permitiu também melhorar as nossas condições de vida.

Neste aspecto, uma conquista importante foi termos conseguido que não existissem discriminações entre nós, independentemente de pertencermos a este ou aquele Sindicato, de trabalharmos há dois ou há 20 anos na Mabor.

Assim, todos nós conseguimos:

- 5.1 — Noventa e sete dias de salário, desde 30 de Maio a 2 de Setembro.
- 5.2 — Rectificação dos salários recebidos, de acordo com a tabela de salários mínimos conquistada.
- 5.3 — Manutenção interrupta do abono de família, pagando a

empresa à Caixa o que houver a pagar, se for caso disso.

- 5.4 — Salário-base mínimo de 4500\$00 para todos os grevistas.
- 5.5 — Manutenção integral dos subsídios de turno e trabalho nocturno, o que representa mais de 20% sobre o salário-base.
- 5.6 — Um mês de salário como subsídio de Natal.
- 5.7 — 30 dias de férias com 100% de subsídio para todos os operários com mais de um ano de casa.
- 5.8 — 100% de salário em caso de doença ou acidente.
- 5.9 — Abertura de um bar, de uma sala de convívio e de uma biblioteca.
- 5.10 — Regalias sociais, cantina, subsídio escolar, subsídio de medicamentos para os operários e família, pagamento dos impostos profissionais e complementares.

A NOSSA LUTA É A VOSSA LUTA

Sabemos que lutas como a que travamos e vencemos não acabarão com os patrões e, portanto, com a exploração que sofremos.

Mas podemos contribuir para o seu fim. Fizemo-lo e vamos continuar a fazê-lo.

Podemos reduzir a exploração de que somos vítimas. Fizemo-lo e vamos continuar a fazê-lo.

Até lá lutaremos cada vez mais, cada vez melhor por uma vida digna de homens, certos de que caminhámos para uma vitória que ninguém nos conseguirá arrancar das mãos!

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

VIVA A CLASSE OPERÁRIA!

14 de Agosto de 1974.
— A COMISSÃO SINDICAL OPERÁRIA DA MABOR
— OS GREVISTAS DA MABOR

AS NOSSAS REINVIDICAÇÕES

Com toda a euforia pela queda do odiado regime fascista, ainda não nos lembramos de perguntar: E para nós soldados, o que é que mudou? Se pensarmos mais a sério chegamos à conclusão que a nossa situação em pouco se alterou. Senão vejamos.

A tão apregoada democracia, que mesmo fora dos quartéis tem muito fogo de vista, pois os verdadeiros revolucionários não têm nenhum acesso a rádio, televisão, jornais, etc., como dizíamos a tão apregoada democracia, ainda não chegou aos quartéis. Continuamos sem poder reunir, sem nos podermos associar, sem podermos discutir os problemas que nos afectam. Continuamos sem podermos participar em comícios e manifestações. Com tudo isto pretendem continuar a manter-nos com os olhos tapados ao mesmo tempo que nos procuram que a política não nos diz respeito.

A disciplina militar depois de um ligeiro afrouzamento logo a seguir ao 25 de Abril (era tudo cravos vermelhos e não convinha estragar a festa) volta a ser aplicada com a rigidez antiga.

Ao mesmo tempo que acusam os trabalhadores de estarem a provocar o regresso ao fascismo, quando estes lutam por

O JORNAL DO SOLDADO

uma vida, não de luzo como a dos capitalistas, mas por uma vida mais decente, eles mantêm nos mesmos lugares a maioria dos oficiais fascistas. E são estes, capitalistas e oficiais, e não os trabalhadores, que poderão provocar o regresso ao fascismo, se a burguesia achar necessário para continuar a explorar os operários.

SOLDADOS: NÃO ESQUEÇAMOS, SOMOS TODOS OPERÁRIOS E CAMPONESES. O 25 DE ABRIL TROUXE A DEMOCRACIA PARA A BURGUESIA E SÓ PARA ELA.

A nós soldados, que antes de nos vestirem uma farda e nos enfiarem numa caserna, trabalhávamos nas fábricas e nos campos e mesmo recebendo salários de miséria auxiliávamos a família com esse salário, aumentaram-nos o pré. Belo aumento. Quem poderá auxiliar a família com 250\$00 que mal dão para o tabaco? Será que nestes 3 anos e tal de tropa a família não come?

Já sabemos que nos virão

com velhas histórias: «Estamos a fazer um esforço de guerra», «a guerra é cara (cerca de metade do orçamento de estado)», etc. etc.

Mas a estes senhores perguntaremos: E QUE TEMOS NÓS A VER COM ESSA GUERRA? Será que vamos lá defender alguma coisa nossa? Não, o que vamos lá defender são as terras, as fábricas, as minas, etc., que os que aqui nos exploram (Melos, Champallimaud, etc.) conseguiram lá à custa da exploração do povo português.

Não foram os povos das colónias que provocaram esta guerra. Foram sim os milionários portugueses e estrangeiros ao negarem aos povos africanos o seu direito à independência.

E é esta a guerra que continua, pois os actuais governantes (Junta e Governo Provisório) continuam a não querer reconhecer aos povos africanos esse direito sagrado. Como defensores do capital procuram eles manter a exploração das colónias.

Para conquistar a paz devemos exigir a independência

imediate e incondicional das colónias, o regresso dos soldados e o fim imediato dos embarques. E só nós, soldados e marinheiros que nada temos lá a defender, podemos exigir isso, pois os exploradores e o seu governo continuarão a querer continuar a explorar os povos africanos enquanto nos utilizam como carne para canhão.

EXIJAMOS:

- SALÁRIO MÍNIMO DE 1 500\$00.
- ABOLIÇÃO DOS REGULAMENTOS FASCISTAS.
- EXPULSAO DE TODOS OS OFICIAIS FASCISTAS.
- LIBERDADE DE REUNIÃO, DISCUSSÃO E ASSOCIAÇÃO NOS QUARTÉIS.
- INDEPENDÊNCIA IMEDIATA E INCONDICIONAL DAS COLÓNIAS
- FIM IMEDIATO DOS EMBARQUES.
- REGRESSO DOS SOLDADOS.

JORNAL DOS OPERÁRIOS E GREVISTAS DA MABOR N.º 1 23-7-74

CAMARADAS, TRABALHADORES, não é com estas palavras que os vossos camaradas da Mabor vos querem influenciar mas sim para vos dar conhecimento da luta que estão a travar contra o capitalismo dos patrões, capital esse que se juntou nos cofres desses capitalistas à custa do suor dos trabalhadores.

Pois esta luta teve início por todos os trabalhadores e pelas suas próprias ideias e não influenciados por ninguém, como muitas bocas dizem por esses cafés e por essas ruas.

Pois nas ideias de todos nós é uma luta digna e justa, por isso mesmo já vão 53 dias de luta e todos estamos firmes para enfrentar quantos mais dias vier e não será a fome ou qualquer ameaça que seja que nos fará render. Estamos moralmente firmes e prontos em vencermos esta luta e preparados para enfrentar qualquer manobra que seja, que nos venha prejudicar.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS E VESTUÁRIO DO SUL

INFORMAÇÃO

28 DE AGOSTO DE 1974

Por um Sindicato Forte, Combativo e Controlado por todos os Trabalhadores!

A Luta da Sogantal é a Luta de todos nós Trabalhadores!

Acto terrorista dos patrões franceses — depois da exploração a agressão

1. Porque lutam as trabalhadoras da Sogantal?

Como a maioria dos trabalhadores das confecções em Portugal, as operárias da Sogantal trabalham para estrangeiros. Os seus patrões, franceses (donos dum grande grupo internacional), decidiram encerrar a fábrica a seguir a algumas reivindicações apresentadas pelos operários. Essas reivindicações, apresentadas no dia 20 de Maio, foram as seguintes:

- 1 mês de férias;
- 1 mês de subsídio de férias.

— 1250\$00 de aumento sobre todos os salários (é de notar que com este aumento o ordenado máximo na fábrica ficaria a ser de 2850\$00).

Como muitos outros patrões, os franceses recusaram-se a satisfazer estas exigências, alegando não poderem pagar, a fábrica ir à falência, etc., etc.

Não se comovendo, as operárias iniciaram uma baixa de produção e uma ocupação da fábrica e dos escritórios.

No dia 30 de Maio, a gerência da Sogantal, numa reunião com os trabalhadores, um representante do I. N. T. de Setúbal e dirigentes sindicais anunciaram que a fábrica fecharia no dia 31 de Julho, e que os salários não seriam pagos desde 15 de Maio, porque as operárias não tinham produzido o suficiente.

No dia 5 de Junho foi assinado ao patrão e à Imprensa, pelas trabalhadoras, a decisão de venderem o que produziam (fatos de treino) se até ao dia 12 de Junho não lhes fossem pagos os salários em atraso. Como no dia 12, a gerência não pagou os salários começou a venda de fatos, que ainda hoje continua.

Os patrões nesse dia abandonaram a fábrica e deixaram-na entregue nas mãos das operárias, que a partir daí, além de produzirem, se tornaram vendedoras, assegurando por si próprias o funcionamento da empresa e a sua subsistência.

A meados de Julho, a gerência entrou em contacto com as trabalhadoras e numa reunião a que estiveram presentes dirigentes do Sindicato apresentou uma proposta em que tornava a negar as reivindicações das operárias. Estas recusaram a proposta e apresentaram uma contraproposta, bastante semelhante às suas reivindicações de Maio.

Nunca mais houve resposta e no dia 30 de Julho (data do encerramento oficial) foi entregue pelas trabalhadoras uma proposta aos Ministérios do Trabalho, da Coordenação Económica, e ao Governo Provisório em que se entregava a responsabilidade da Sogantal nas mãos do Governo, em que se recusava a hipótese

de continuação da autogestão e se avançavam algumas hipóteses de solução. Até hoje, nenhuma resposta!

2. Acto terrorista dos patrões franceses

No dia 24 de Agosto os patrões, demonstrando bem que para defenderem os seus privilégios não hesitam em lançar mãos das manobras mais sujas e criminosas, puseram em prática um plano completo forjado já há algum tempo em França no mais perfeito estilo de gangsterismo e onde decidiam invadir a Sogantal e de lá tirarem as máquinas e os 31 000 fatos de treino e levarem tudo para França.

Assim, no dia 24, à 1 hora da madrugada, catorze mercenários, a maioria franceses, e dois cães trazidos de França para este assalto, entraram na Sogantal e sequestraram o guarda da noite. Esta tropa de choque do sr. Lardat vinha armada de pistolas, petardos, foguetes, gases lacrimogêneos, grandes cacetes e rádios transmissores.

Aliás nada lhes faltou... O sr. Lardat até veio no seu avião particular... Nesse dia à tarde, as operárias deram-se conta que alguma coisa de anormal se passava na fábrica, reuniram-se com a população e dirigiram-se para a Sogantal.

Ao chegarem à fábrica arrombaram o portão tendo-se os patrões franceses, com os seus mercenários e o gerente português Guilherme Gomes refugiado nos escritórios onde se barricaram, disparando pistolas de alarme e deitando gases sobre as operárias e a população. Só com a chegada das Forças Armadas se renderam, tendo sido transportados, sob custódia militar, em camiões do Exército para o Lumiar.

É de notar que deste assalto, em que ficaram duas pessoas feridas, que receberam tratamento no hospital, foi dado antecipadamente conhecimento pelo patrão às autoridades francesas e aos Ministérios da Justiça, Assuntos Sociais, Trabalho, Economia e Administração Interna.

No dia 26 foram a comissão de trabalhadores da Sogantal com dirigentes do Sindicato ao Ministério do Trabalho onde foram recebidos pelo sr. Ministro Costa Martins.

Desta entrevista no Ministério do Trabalho mais uma vez nada saiu que pudesse resolver a situação das operárias da Sogantal, o que vem acontecendo há já três meses. Tendo o sr. Ministro Costa Martins afirmado que era um problema muito complicado, que era assunto para ser resolvido pelo Governo e não só pelo Ministério do Trabalho, e embora o Ministro tivesse afirmado que tomava conhecimento do que se passava, isso não resolve a situação.

3. A Sogantal não é um caso isolado

Camaradas: Se aqui, na Sogantal, assistimos a formas mais violentas dos capitalistas para defenderem os seus interesses de patrões; se na Sogantal vemos os patrões fazerem assaltos e agressões físicas aos trabalhadores isto não quer dizer que a Sogantal é um caso isolado. Também na Naturana os patrões, aproveitando as férias das trabalhadoras, tiraram da fábrica as máquinas e as matérias-primas. Também na Naturana as operárias foram buscar essas máquinas e tecidos e tornaram a pô-las na fábrica, estando à espera de uma resposta do Ministério do Trabalho para a solução da sua situação.

Também na Charminha os trabalhadores foram abandonados pelos patrões e desde Maio que estão a vender o produto do seu trabalho para sobreviverem. Nesta mesma empresa os patrões estrangeiros não hesitaram em lançar mão de procedimentos criminosos, tendo passado cheques sem cobertura destinados a pagar salários às trabalhadoras, fugindo entretanto para a Austria onde denunciaram o encerramento da fábrica.

Também na António Alves, em Torres Novas, mais de trezentos trabalhadores lutam há longo tempo pela garantia do seu trabalho e passam fome, pois não recebem salários. Também o sr. António Alves anda armado de pistola e ameaçou matar dirigentes sindicais e membros da comissão de trabalhadores e se não retirou máquinas, tem vindo a fazer várias falcaturas com as quais desviou para fora da empresa 6000 contos e agora a empresa não tem dinheiro...

Também na Simões, na Interlastex, na Milano, na Mafalda e tantas e tantas outras fábricas, quer do sector dos têxteis e vestuário, quer das fábricas de material eléctrico e outros sectores de produção, os operários lutam contra os despedimentos e encerramentos.

De tudo isto podemos concluir que: A luta da Sogantal não é só das suas 48 operárias; a luta da Naturana não é só das suas 80 operárias; a luta da António Alves, de Torres Novas, não é só dos seus 320 operários; a luta de todas as outras fábricas não é só dos operários que lá trabalham.

A luta de quaisquer trabalhadores, não importa quantos, é a luta de todos os trabalhadores.

4. Unidos e organizados contra os despedimentos

Camaradas, não podemos permitir que teptem isolar as lutas destas ou outras fábricas.

Os despedimentos e encerramentos

são problemas de todos nós trabalhadores.

Os despedimentos e os encerramentos são a arma de que os patrões se estão a servir para nos amedrontarem, ameaçando-nos, tentando levar-nos a nada reivindicarmos, a não defendermos os nossos interesses, a não lutarmos por aquilo a que temos direito.

Os despedimentos e encerramentos são a arma de que os patrões se estão a servir para tentar obrigar-nos a levar a vida de miséria dos tempos do fascismo.

Camaradas, não podemos deixar que sejam nós trabalhadores a pagar com o desemprego a má organização e gestão das fábricas, enquanto os patrões arrecadam o dinheiro que é o resultado da exploração a que fomos e somos submetidos.

Camaradas, não podemos deixar-nos levar pelas manobras reaccionárias do patronato, não nos podemos intimidar com as ameaças dos patrões. Temos de estar cada vez mais firmes e vigilantes na defesa dos nossos interesses, na luta pelos nossos direitos.

Assim, camaradas, exijamos do Governo medidas imediatas e concretas que garantam o salário aos nossos camaradas despedidos, enquanto não arranjam novo emprego.

Exijamos a proibição dos despedimentos sem justa causa.

Exijamos medidas que façam a reconversão das fábricas, que não possam continuar a laborar, pois esta é a forma de a todos nós ser assegurada a continuidade de trabalho.

Camaradas, estes actos criminosos e reaccionários dos capitalistas estrangeiros, não são actos isolados, pois todos sabemos, que a reacção interna está também a avançar — lembremo-nos dos cartazes fascistas, do motim dos Pides e da libertação de Casal-Ribeiro.

— Deixar passar em claro estes acontecimentos abre um precedente perigoso a futuras intervenções da reacção internacional em Portugal, por isso exigimos a confiscação de todos os bens dos patrões da Sogantal em Portugal e o julgamento de todos os implicados neste assalto!

— CONTRA OS DESPEDIMENTOS E ENCERRAMENTOS!

— PELA PROIBIÇÃO DE DESPEDIMENTOS SEM JUSTA CAUSA!

— PELA GARANTIA DE SALÁRIO E EMPREGO!

— ABAIXO A REACÇÃO!

— PITALISTA!

Os nossos problemas são os mesmos de todos os trabalhadores. Só unidos e organizados os resolveremos!

A DIRECÇÃO

**QUEM TEM
MEDO DOS
PATRÕES?**

A Sogantal é uma empresa de capital estrangeiro (francês), que no dia 30 de Maio, decidiu encerrar as suas portas, a seguir a algumas reivindicações apresentadas por nós.

Contra isto, reagimos, ocupando as instalações e vendendo aquilo que produzimos (fatos de treino) porque os nossos salários não nos eram pagos desde 15 de Maio.

Os patrões até hoje, dia 28 de Agosto, recusaram-se a chegar a acordo sobre as nossas reivindicações e têm mantido a sua posição de intransigência quanto ao encerramento da fábrica.

Tomando consciência de que não nos conseguimos vencer, tentaram uma manobra desesperada no dia 24 deste mês (sábado).

Em parecido com aqueles filmes de espionagem, montaram um plano que visava retirar da fábrica tudo o que lá houvesse.

Dominaram o guarda que tinham contratado para tomar conta das instalações e invadiram a fábrica, começando a desmontar as máquinas e a empacotar o material.

Algumas horas depois uma de nós, ao ver um cartaz na fábrica a dizer que na fábrica havia cães bravos e que se não se responsabilizavam pelo que acontecesse a quem entrasse. Deu-se conta que alguma coisa de anormal se passava, resolveu ir avisar algumas de nós.

Imediatamente reunimos todas as pessoas dispostas a acompanhar-nos e dirigimo-nos à fábrica onde encontramos o tal cartaz.

Não nos amedrontando, avançamos e fomos recebidas com tiros de pistola de alarme, gases lacrimogêneos, ameaças de matracos e dois cães selvagens.

Mesmo assim, conseguimos entrar na fábrica e os nossos patrões só se conseguiram retirar dentro dum camião do exército e deitados no chão.

Logo a seguir dirigimo-nos ao Ministério do Trabalho e mais uma vez saímos sem respostas concretas ao nosso problema.

Através de documentos que conseguimos ver, na altura da invasão da fábrica, subemos que todo o plano dos gangsters, tinha sido divulgado a várias autoridades francesas e a alguns Ministérios Portugueses no dia 23 de Agosto.

Os nossos patrões estão sob vigilância militar e nós exigimos o seu julgamento. Ou será que estes senhores julgam que têm o direito de roubar o produto do nosso esforço, agredindo-nos ainda por cima?

Nós temos consciência que a nossa luta não deve ser isolada. Tentaremos fazer o máximo de propaganda possível em Portugal e no estrangeiro. Apelamos para a solidariedade dos trabalhadores portugueses, quer apoiando-nos com dinheiro ou com qualquer tipo de colaboração.

Exigimos do Governo, ou que nos garanta os salários ou que nacionalize a Sogantal. Assim, sem nada dizer, é que não pode ser!

CONTRA O ENCERRAMENTO!

PELA GARANTIA DO NOSSO

SALÁRIO E EMPREGO!

AS OPERARIAS DA SOGANTAL

**Compra de
fatos de treino
Telefona para
SOGANTAL
MONTIJO
231288**

A TAP É OCUPADA MILITARMENTE! — A REPRESSÃO AUMENTA, A LUTA CONTINUA

1 — Da falência do reformismo à escalada repressiva

Mostrando uma forte unidade e uma decisão firme de prosseguir na luta, os trabalhadores da TAP fizeram malograr todas as manobras reacionárias lançadas pela burguesia em várias frentes: através do seu governo provisório que pela boca de um dos seus ministros mente ao afirmar demagogicamente que os operários da Manutenção estavam a boicotar o regresso dos soldados da Guiné-Bissau; através dos seus comparsas de negociação, as direcções sindicais reformistas que se esgotaram em manobras divisionistas no seio dos trabalhadores; através dos seus fiéis lacaios revisionistas do P. C. P. encomenda aos seus representantes da célula TAP dois «papaluchos» onde os trabalhadores são caluniados de extremistas e aventureiristas.

A imprensa burguesa foi igualmente rica e imaginativa nas calúnias e provocações.

A tudo resiste a justa luta dos trabalhadores!

Não conseguindo dividi-los, virar a opinião pública contra eles (o mesmo processo que foi desencadeado face às justas greves dos CTT, Padeiros, Timex, Sogantal, etc.) e isolá-los da solidariedade das largas massas trabalhadoras, a burguesia avança desesperada (decisão unânime do Governo Provisório, com base numa lei fascista de 1942) com a ocupação da TAP pelas forças militaristas e a sujeição dos trabalhadores à lei militar.

2 — O que reivindicamos e porque reivindicamos

A partir do 25 de Abril iniciaram-se na TAP dois processos: um de revisão do Acordo Colectivo de Trabalho (salários, horários, despedimentos, etc.) e outro de saneamento interno.

Porém e apesar de grandes promessas e da inclusão de três trabalhadores na Comissão Administrativa que ganham 52 500\$00 por mês, o tempo foi passando sem que o saneamento fosse efectuado, ao mesmo tempo que as negociações do ACT eram interrompidas pela Comissão Administrativa que se recusou a assinar as cláusulas já acordadas e tentava fa-

zer chantagem impondo condições para o começo das negociações.

Ao mesmo tempo os sindicatos que nada faziam sobre o saneamento, cediam às pressões da C. A. e apesar disso não conseguiam impor o reconhecimento das negociações. Face a tal situação nós trabalhadores que sabemos, por experiências anteriores, que à mesa das negociações só conseguimos migalhas, sabemos também que é pela luta, nos locais de trabalho que se impõem ao patronato as nossas reivindicações fundamentais. Nesta perspectiva elaborámos um caderno reivindicativo amplamente debatido e aprovado em reuniões de base e marcámos um prazo para a satisfação das nossas justas reivindicações.

Fazem parte deste caderno, segundo vontade expressa dos trabalhadores, as reivindicações seguintes:

— SANEAMENTO dos indivíduos que têm tomado posições anti-operárias, como fiéis cães de guarda do capitalismo que são (o que se integra no processo iniciado em 25 de Abril de total desmantelamento da repressão fascista de neutralização dos seus agentes onde quer que se encontrem).

— APURAMENTO DOS RESPONSÁVEIS DO 12 DE JULHO DE 1973, seu julgamento imediato, com conhecimento aos trabalhadores.

— REVISÃO DE SALÁRIOS — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o leque salarial e congelar salários superiores a 16 000\$00 (Há ordenados que vão de 5000\$00 a 52 500\$00), a diferença entre o menor e o maior salário mesmo com este aumento seria de 45 000\$00 aproximadamente, e de repor o poder de compra dos trabalhadores com menores proventos, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

— APLICAÇÃO IMEDIATA DOS HORÁRIOS já acordados nas negociações do ACT o que prova que a'ém de justos são praticáveis. Sabido que foi a TAP quem interrompeu as negociações, perguntamos: quem prevarica é que beneficia e somos nós trabalhadores que temos de aguentar os prejuízos dos actos sabotadores dos outros? Que justiça é esta?

— CASTIGO DOS RESPONSÁVEIS PELOS DESPEDIMENTOS REPRESSI-

VOS efectuados até 25 de Abril — será isto colaborar com a reacção?

— Que a parte dos lucros respeitantes ao ano de 1973 seja dividida em partes iguais por todos os trabalhadores. Será mais justo uns receberem 250 contos e outros receberem 200\$00 como pretendia a ex-Administração da TAP?

— NÃO ACEITAÇÃO DOS DESPEDITOS SEM JUSTA CAUSA — será isto extremismo?

— Que o POSTO MEDICO esteja aberto 24 horas com garantia de curo e permanência de ambulância — será isto aventureirismo?

A exigência de andamento rápido do novo ACT que deve ser tratado sem interrupções — nós temos perfeita consciencia de que só à nossa luta se deve o reconhecimento das negociações e algumas conquistas significativas como sejam a da proibição dos despedimentos sem justa causa e da entrada em vigor, a partir de 1-7-1974 — até agora a TAP queria que só entrasse em vigor em 1-1-1975.

3 — O enquadramento repressivo

Já sob a ocupação das forças repressivas, mais de 4000 trabalhadores reuniram na quarta-feira, dia 28, um plenário, onde de forma clara e inabalável é votada a continuação da greve.

Confrontada com a firme decisão dos trabalhadores prosseguirem a luta, a burguesia põe a funcionar o forte dispositivo militar. Os trabalhadores em plenário são intimados a abandonar no espaço de meia hora as instalações do refeitório.

De forma ordeira e organizada, os trabalhadores saem do plenário, com o edifício já cercado por uma força de «chaimites», em posição de fogo, companhias de comandos e paraquedistas.

Regressando aos locais de trabalho, os operários da Manutenção mantêm a greve de braços caídos até às 14 horas de quinta-feira.

Contando com o servilismo dos directores e dos chefes, os altos comandos militares organizam o cerco repressivo.

Coincidindo com a chegada do soberbeamente conhecido major Neves, às 14 horas os operários da Manutenção começam a ser autenticamente encostados à parede. Da boca dos oficiais militaristas, é despejada toda a espécie de ameaças: «Se vocês não trabalharem, o Governo vende os aviões, e vai tudo para a rua» (proposta apresentada em conselho de ministros pelo sr. Alvaro Cunhal e Diogo Neto). «Quem não quiser trabalhar é preso, perde o salário e vai despedido».

Os operários resistem à intimidação! E é sob a vigilância de militares armados de metralhadoras que os operários são forçados a iniciar o trabalho. Mesmo assim, o primeiro avião, que levanta às 18 horas, é rebocado para a pista graças à acção de três «fura-greves» conhecidos elementos afectos ao P. C. P. e quem os operários recusam dirigir a palavra. Adaptando-se ao aumento da repressão, os operários mantêm a luta.

OS SOLDADOS SÃO PROIBIDOS DE FALAR COM OS TRABALHADORES

Quem circula fora dos locais de trabalho é ameaçado de prisão.

Os chefes desenvolvem a sua acção de «fura-greves», «apertando» com os operários e fornecendo os nomes dos operários a serem chamados pelas forças armadas presentes.

Sexta-feira, a vigilância das metralhadoras mantém-se com grande aparato em cada local de trabalho. Os operários são continuamente ameaçados: «atã às tantas horas, tantos aviões prontos» enquanto isso não estiver concluído, ninguém pode sair daqui.

E é deste modo que os operários são forçados a fazer 15, 16, e mais horas seguidas.

Resistindo e organizando-se, os operários mantêm bem alto o seu espírito de luta, adaptando-se às «novas» condições.

4 — O caderno reivindicativo não obteve resposta. Os trabalhadores não abdicam das suas justas reivindicações

Algumas vitórias podem já contar-se: o desmascaramento do governo provisório que, depois das calúnias e mentiras, desencadeia à boa maneira fascista, uma feroz repressão sobre os trabalhadores em luta; o desmascaramento do partido revisionista, cujo recuo é notório (não veio desta vez com falsas manifestações populares de protesto comandadas por si e pela intersindical) e cujo isolamento face aos operários da TAP é total.

Desmascaradas estão igualmente as tão apregoadas «liberdades» e «democracias» que apenas à burguesia e seus lacaios aproveitam para aumentar a exploração e opressão; da declaração ministerial dos direitos de reunião e à greve sabem os trabalhadores que se trata de mais uma descarada mentira da burguesia e do seu governo.

Por outro lado, a UNIDADE DOS TRABALHADORES SAIU REFORÇADA, condição essencial para avançar na luta.

5 — A solidariedade da classe operária e das largas camadas exploradas da população contribuem de forma decisiva para a vitória

Seguros da solidariedade das massas trabalhadoras, sabendo que tal solidariedade entre oprimidos e explorados cresce e reforça-se a toda a hora, os trabalhadores da TAP, enfrentando as duras condições de repressão aberta mantêm-se na luta até ao cumprimento total do caderno reivindicativo!

Tal como em 12 de Julho de 1973, em que sofreram o covarde ataque das metralhadoras da policia de choque, os trabalhadores da TAP encontraram mais uma vez a resposta firme à repressão.

- PELO CUMPRIMENTO TOTAL DO CADERNO REIVINDICATIVO!
- ABAIXO A EMPRESA-QUARTEL!
- CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA, A LUTA CONTINUA!
- OS TRABALHADORES VENCERÃO!

Lisboa, 2 de Setembro de 1974



SOLIDARIEDADE OPERÁRIA

As operarias da SOGANTAL ao serem cobradas a pagar os produtos se destinava a pagar os nossos salários.

- 1 — Apoiam inteiramente a luta dos trabalhadores da TAP que se viram obrigados a entrar em greve pela defesa dos seus justos direitos.
- 2 — Repudiam a campanha de calúnias lançada contra a greve e que visa isolar os trabalhadores da TAP do resto dos trabalhadores portugueses.
- 3 — Agradecem todo o apoio prestado até aqui pelos trabalhadores da TAP à nossa luta, através de duas colectas de dinheiro para a SOGANTAL e na compra

de dezenas de fatos de treito cujo produto se destinava a pagar os nossos salários.

4 — Afirmando desde já que por todos os meios ao seu dispor divulgarão a verdade dos factos sobre a greve da TAP, pois a luta da TAP é a luta de todos os trabalhadores.

CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA, A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES.

Suações das operarias da SOGANTAL.

RAZÃO DA PRÁTICA DO HORÁRIO DAS 40 H. PELOS OPERÁRIOS DAS OFICINAS DA MANUTENÇÃO

A reivindicação do horário das 40 horas surgiu com força e generalizada a nível nacional em Maio de 1974.

Importa, porém, dizer que no caso TAP essa reivindicação que consistia num número ainda mais reduzido de horas de trabalho (35 horas) se inicia quando da revisão do Contrato de Trabalho a entrar em vigor em 1 de Janeiro de 1973 (Nesta revisão pertencia à Comissão Sindical um dos actuais Administradores, Sr. Lourenço).

Voltou a reivindicação das 40 horas a ser apresentada à Companhia, em Junho de 74, através de um abaixo assinado dos trabalhadores sujeitos ao horário das 44 horas semanais, canalizado pelo C. Trabalhadores da Manutenção.

Nessa altura foi dito pela Com. Administrativa (Sr. Alves) que tal assunto dizia respeito aos Sindicatos.

Com o início das negociações em 1.7.74 a C. A. TAP, logo na 2.ª reunião em 5.7 acordou para os horários regulares e irregulares em 37.30 horas para todos os trabalhadores por elas abrangidos.

Logo na mesma altura foi a TAP informada que era vontade dos trabalhadores, começar a praticar as 40 horas. Ficou a TAP em dar uma resposta em relação aos operários e à vigência do Contrato até 12.7.74.

Na véspera dessa reunião em 4.7, no Gimnasio Desportivo do Atlético, o próprio Administrador Lourenço afirmou a dada altura que se sentia triste por os trabalhadores não reivindicarem ali: Data de vigência do A. C. T. X de horas de trabalho e X de salários.

No próprio dia 12.7 a C. A. pede a demissão interrompendo as negociações, e recusando-se a assinar as actas das cláusulas já acordadas nas reuniões até aí efectuadas.

Com a intervenção do Ministério do Trabalho reafirmaram-se as negociações em 7.8.74. A Com. Sindical definiu então a sua posição para o recomeço das negociações:

— Vigência da A. C. T. como um todo, ficando algumas cláusulas com carácter transitório — Data 1.7.74.

— Horários de trabalho — implementar-se-iam progressivamente até 1.10.74.

A C. A. TAP em face da proposta da Com. Sindical informou que nessas condições não reitricaria as negociações.

Propôs a C. A. TAP pôr em vigor os horários até 1.1.75. Outra data não poderia aceitar.

A C. S. propôs recomeçar as negociações, ignorando a data da vigência do A. C. T. (Os Sindicatos retiram a data proposta de 1.7.74 e a C. A. de 1.1.75).

Esta cedência da C. S. além de revelar uma posição de submissão em relação à C. A., constitui uma decisão abusiva, dado que a C. S. não estava autorizada pelos trabalhadores a modificar a orientação das negociações.

Deste modo são rentadas as negociações, procedendo-se à análise do cláusulado. Quanto aos horários já acordados e à sua entrada em vigor... fez-se letra morta.

Os operários das oficinas perante a não solução quanto às datas dos horários reivindicados, decidiram a 12.8 começar a praticar o horário das 40 horas, dando disso conhecimento ao Director da Manutenção (Eng. Norton).

Este pôs a questão à C. A. que faz a seguinte ameaça: «Eles que

comecem a praticar o horário que ser-lhes-á descontada a horas. A 12.8 os trabalhadores começaram a praticar as 40 horas.

No dia seguinte o Administrador Alves aparece junto da Oficina de Reactores, declarando que:

Que a atitude dos trabalhadores não se justificava e ameaçou que a TAP poderia resolver tal problema mandando reparar os reactores à Héria.

Perante toda a situação descrita torna-se necessário tirar algumas conclusões:

1 — A inoperância total da acção da C. S., manifestada em situações várias de compromisso e cedência em relação aos interesses do capital.

2 — As manobras da C. A., que se traduzem num arrastamento do processo das negociações, em chantagem, em ameaças, mais, não visam do que assegurar ao capital a continuação da exploração dos trabalhadores. Se alguém ainda tinha dúvidas de que lado está a Com. Administrativa...

3 — Quanto à decisão dos trabalhadores de reduzir o horário para as 40 horas (posição essa que em nada impedirá a total adesão às 37.30 h., já acordadas e englobada no Cad. Reivindicativo), além de ser uma iniciativa justa, veio demonstrar mais uma vez que, é tomando nas suas mãos os seus próprios destinos que os trabalhadores resolvem os seus problemas. Que a C. A. procure impedir o trabalhadores de reduzir o tempo de produção de mais-valia, isso está de acordo com os interesses que ela defende.

Que a Comissão Sindical se coloque em posição idêntica, não apoiando as justas iniciativas dos trabalhadores, isso revela a sua natureza reformista, própria de quem pretende construir o sonho dourado da pequena burguesia — A SANTA ALIANÇA ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO.

No Plenário efectuado em 15.8.74 pelos trabalhadores da D. M. E., foi deliberado e aprovado por unanimidade:

a) Apoiar incondicionalmente a luta dos operários que iniciaram o horário das 40 h., sejam quais forem as pressões ou represálias exercidas;

b) Levantar ao conhecimento de todos os trabalhadores da TAP, as informações já descritas, para que estes possam também analisar e, assim, em consciência, apoiar a justa luta desses trabalhadores;

c) Convocar os trabalhadores da TAP para uma manifestação de apoio aos trabalhadores que iniciaram a prática do horário das 40 horas e para exigir o recomeço das negociações do A. C. T.

A MANIFESTAÇÃO EFECTUAR-SE-Á NA 2.ª FEIRA, DIA 19, PELAS 15.30 HORAS, HORA EM QUE A D. M. E. APRESENTARÁ O CADERNO REIVINDICATIVO.

TEXTOS DE APOIO ③

SANEAR = DEMOCRATIZAR

SANEAR É CONTRIBUIR PARA A CONSTRUÇÃO DUMA SOCIEDADE NOVA E VERDADEIRAMENTE DEMOCRÁTICA

Um dos temas mais falados em todo o País desde o 25 de Abril é o saneamento. Rápidamente se tornou uma das reivindicações básicas de todos os trabalhadores que queriam ver afastados aqueles que mais se distinguiram na repressão fascista, na imposição autoritária e abusiva dos seus interesses, na incoerência e na corrupção profissional.

Nós, trabalhadores dos CTT, como parte integrante da classe trabalhadora Portuguesa, também sentimos esta necessidade de eliminar do nosso seio os que mais directa e activamente nos oprimiram e os que por negligência empenaram os serviços prejudicando fundamentalmente o público. Por isso exigimos a demissão do Conselho de Administração fascista e dos directores dos serviços centrais manifestando-nos massivamente no dia 3 de Maio. Conseguimos o afastamento do C. A. fascista mas a quase totalidade dos directores mais odiados permaneceram, inclusive o Eng.º Cruz Filipe que tentou sabotar a obra ímpar do Movimento das Forças Armadas Libertadoras do fascismo.

Até agora as autoridades ou se esqueceram do pedido de saneamento que lhes fizemos ou se encontram com muito trabalho, não tendo pois, tempo para satisfazer as nossas pretensões. Em alguns locais, impacientes com a demora, expulsamos aqueles cujas pretensões já não podemos suportar. Muitos chefes temendo perder as suas posições autoritárias e privilegiadas vêm reagindo contra esta desportar da força organizada das classes trabalhadoras mais exploradas procurando fomentar a divisão entre nós.

Contando com o apoio político de certas organizações reaccionárias, essas pessoas demonstram cada vez mais a sua incapacidade de se mostrar abertamente na defesa das suas posições. Assim fomentam divisões na nossa futura organização sindical tentando levar para o seu lado parte dos trabalhadores enganando-os com a superioridade técnica e económica de alguns sectores profissionais. Por outro lado durante a greve tentaram sempre sabotar a luta dos trabalhadores incitando a que a furassem e lançando-nos ameaças. Após a greve mudam camaradas nossos, de serviço, proíbem reuniões, mandam arrancar comunicados da C.P.S.

DENUNCIEMOS PÚBLICAMENTE E EXPULSEMOS TODOS OS CHEFES FASCISTAS, PIDES E LEGIONÁRIOS ACTIVOS

Não podemos permitir por mais tempo que os chefes-fascistas, os pides, e legionários activos permaneçam entre nós. Denuncie-mo-los energicamente, com factos concretos e postos à consideração de todos, para que completamos as acusações e para que se desfocem as mesmas quando incorrectas. Fornecemos sempre possibilidade de resposta e justificação a todos os atingidos, que o devem fazer publicamente. Se actuarmos desta maneira estamos a dar provas de que utilizamos um tratamento verdadeiramente democrático, só possível no seio dos trabalhadores, e demonstrando a todos os reaccionários que até lhes damos oportunidades que anteriormente nos eram negadas. Apurada a veracidade dos factos tomaremos as decisões que daí logicamente derivam.

LUTEMOS CONTRA O AUTORITARISMO, CONTRA A INCOMPETÊNCIA E CONTRA A CORRUPÇÃO DOS CHEFES.

Aqueles chefes que, embora não directamente comprometidos com o fascismo, mas cujos métodos de actuação nos locais de trabalho se identificam com ele, devem ser criticados duramente, devem durante justificar-nos claramente o que pretendem com as tarefas quotidianas de serviço e devemos impor-lhes uma discussão democrática dos serviços que executamos para melhor os compreender e aperfeiçoar. Aqueles que se destacam pela sua incompetência devem ser pura e simplesmente afastados dos postos de chefia e substituídos por outros que tenham efectiva capacidade, conhecimentos dos serviços e que essencialmente gozem de confiança dos trabalhadores. Os que se caracterizam por uma actuação negligente e corrupta devem ser suspensos dos postos de chefia e devem ser-lhes instauradas sindicâncias e processos judiciais. No entanto devemos garantir a continuidade dos serviços mediante uma participação democrática.

CRITIQUEMOS TODOS OS TRABALHADORES QUE ERRARAM E INTEGRE-MO-LOS NA NOSSA LUTA

Alguns colegas de trabalho, tão explorados como nós, poderão ter resvalado para a defesa de posições contrárias aos interesses da sua classe. Muitos deles foram parar a estas situações ou por ignorância ou por imposição ou em troca de promessas de resolução de graves problemas pessoais, pela corrupção que as classes privilegiadas sempre usaram para dividir e derrotar os trabalhadores. Em relação a estes colegas, devemos criticá-los, devemos fazer-lhes ver claramente que as suas acções eram contra os trabalhadores, mas que se podem reabilitar progressivamente, integrando-se na nossa luta, colaborando activamente connosco, ganhando sucessivamente a nossa confiança.

Devemos contudo manter a vigilância sobre todos aqueles que, não obstante, continuam a opor-se à consecução dos nossos objectivos.

ORGANIZEMOS JORNAIS DE PAREDE SOBRE SANEAMENTO

Em todos os locais de trabalho devemos edificar jornais de parede onde escrevermos os nomes das pessoas a sanear, com as devidas acusações fundamentadas. Convidemos os atingidos a responder às acusações feitas, mas é necessário por-nos em guarda contra possíveis provocações de indivíduos desesperados e sem escrúpulos, e quem, por isso, devemos exigir o desmentido dos factos com base nos nossos factos.

O SANEAMENTO É UMA TAREFA DE TODOS OS TRABALHADORES

O saneamento, para ser conseguido, tem que ter uma ampla participação dos trabalhadores. É pois função, no nosso empenho colectivo pelo afastamento dos rg accionários, melhorarmos as nossas condições de trabalho e termos uma participação democrática na vida da Empresa. É na unidade de todos nós, em torno deste objectivo concreto, que contribuiremos para a construção de um Sindicato forte, livre e democrático, ao serviço dos trabalhadores. Torna-se imperioso organizarmos o processo de saneamento, recorrendo à formação de Grupos de Trabalho, para que tenhamos e garantamos que conduziremos solidamente esta luta e que nesta prática aprendamos o mais possível, no caminho de um sindicalismo de base, controlado pelas amplas massas trabalhadoras.

O SANEAMENTO SÓ PODE SER OBRA DOS TRABALHADORES,

SANEAR É CONTRIBUIR PARA A CONSTRUÇÃO DUMA SOCIEDADE NOVA, AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES.

A LUTA CONTINUA

Lisboa, 9 de Julho de 1974

A COMISSÃO PRÓ-SINDICATO

CONTRA OS DESPEDIMENTOS OCUPAÇÃO! (Litografia Ideal-Porto)

—Podíamos começar por uma descrição da empresa.

—A Litografia tem aproximadamente 80 anos de existência. Nela trabalham 24 operários, de idade entre 20 e 50 anos, a maioria dos quais tem muitos anos de casa, chegando a ir até 40 anos de casa.

—O que deu origem à vossa decisão de ocupação da Litografia e o que se tem passado até agora?

—Após o 25 de Abril houve uma firma de artes gráficas — a INOVA (Porto) — que elaborou um caderno reivindicativo e como foi do conhecimento geral os trabalhadores chegaram a estar paralisados alguns dias. Essa mesma firma tentou depois, tornar extensíveis a toda a classe essas mesmas reivindicações. Quando nós tivemos conhecimento disso, fizemos um documento assinado por todos nós para apresentar à entidade patronal, onde perguntávamos se eles estavam de acordo em satisfazer aquelas reivindicações.

Passados dias, os delegados dos trabalhadores junto do Sindicato receberam a resposta dos patrões (são sete sócios, sendo só um que tem a maior parte do dinheiro). Estes diziam que não podiam satisfazer essas reivindicações porque «desde há muito que tinham prejuízos».

Ora nós não acreditamos porque, aqui há alguns anos estávamos parados por dois ou três meses e, de há dois anos para cá temos sempre trabalho e a produção tem vindo a aumentar.

Entretanto, depois da saída dos delegados um encarregado da empresa (que é sócio também) informou o sócio capitalista de que o que nós pedíamos não era mais do que um adiamento de um mês do Contrato Colectivo que viria a sair a um de Julho.

Isto foi num fim-de-semana. Na segunda-feira seguinte, fomos informados que fomos ser aumentados segundo o aumento contratual a que tínhamos direito. Na tarde desse mesmo dia fomos novamente chama-

dos ao escritório e informados, para nosso espanto, de que a casa encerrava no dia 31 de Julho.

No fim-de-semana seguinte o sócio capitalista informou-nos que o motivo do encerramento era «falta de recursos». Disse-nos também que não nos atrapalhassemos porque iam ficar abrangidos pelo Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra, que ele não nos desamparava, que iam beneficiar do pagamento integral do ordenado durante sete anos. Isto foi uma mentira bárbara!

Ao falar a todos os trabalhadores da empresa, o referido sócio disse ainda que, isto não era mais do que uma manobra (insinuou isso...) para que a empresa ficasse abrangida pelo auxílio que ia ser dado às pequenas e médias empresas, mas que para isso precisava do nosso sigilo absoluto, para que ele fosse dos primeiros a ter esse mesmo benefício.

Isto só demonstra que se nos calássemos iríamos ser amarrados de pés e mãos. Tínhamos um palpite que isso não poderia ser assim. Fomos ao nosso Sindicato e aí pudemos ler o tal decreto que diz que existe o Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra mas que só abrange os operários com mais de dois anos de casa, durante seis meses e só com um pagamento de quatro dias por semana.

Entretanto, dada a actuação do Sindicato, fomos chamados à delegação do Instituto Nacional de Trabalho cá do Porto para uma reunião com um delegado desse Instituto, dois delegados da firma, a entidade patronal e um delegado sindical. Nessa reunião o patrão tornou a repetir que a firma dava prejuízo.

O patrão (o sócio capitalista) disse que a empresa fechava e fechava mesmo. Que ele tinha sete empresas como esta (Plásticos Império, Tipografia Sequeira, etc. Além disso é sócio de uma fábrica de plásticos na Itália e faz parte da administração do Banco Fernandes Magalhães), não era aqui que ele ganhava o dinheiro; que tinha recebido lho por herança e só mantinha a firma por orgulho, mas que só lhe dava prejuízo.

O delegado do Instituto Nacional de Trabalho pediu-lhe para adiar o

fecho da firma por mais um mês, para ver se se encontrava alguma possibilidade de a firma não fechar. Ele respondeu que adia o fecho mas que não pagava os ordenados aos empregados. Além disso nesta altura sobremos que ele não tinha pedido o auxílio dado às pequenas e médias empresas, porque tinha achado insuficiente para o que ele precisava.

Entretanto, os dias foram-se passando e estávamos quase a chegar ao dia marcado para o encerramento, quando foi afixado um daqueles documentos que vêm do Ministério do Trabalho em que informava como se processava o tal pagamento do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra. No dia seguinte, durante a nossa ausência ele colocou um ofício onde dizia que «devido a dificuldades financeiras, não nos podia pagar as indemnizações e que o valor da indemnização era para pagar os credores».

—Mas quando há uma falência a maquinaria e o material é para pagar aos trabalhadores.

A—Foi, em princípio, tem que ser para pagar aos trabalhadores. Ah! para nós ficarmos abrangidos pelo subsídio do Fundo de Desenvolvimento o patrão tinha que nos pagar 20 por cento dos nossos ordenados. Como no ofício ele diz que não paga esses 20 por cento, nós ficávamos sem indemnização e sem o subsídio do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra. Não quer dizer que ele mais tarde diante dos juizes não tivesse de pagar, mas durante esse tempo que é que fomos comer?

Nesse dia de manhã, dia 30, resolvemos paralisar o trabalho até que se resolvesse a situação. A nossa situação neste momento é esta. Em princípio queremos que isto ande para a frente, não queremos indemnizações, queremos trabalhar, porque a casa tem trabalho.

B—Em último caso, se tivermos que sair daqui, queremos uma indemnização imediata, o dinheiro das férias e ainda alguns arcos que ele ainda não pagou e há vários meses.

—De quanto era o aumento de ordenados?

—15, 20 ou 25\$00 por dia, conforme as categorias. No tal movimento da Inova havia também décimo terceiro mês, subsídio de férias, pagamento de que a falta fosse justificada. A isso ele não aderiu.

—Caso o patrão mantenha a decisão de fechar a empresa, pensam os trabalhadores pô-la a funcionar?

—Nós temos esperança que depois de cá virem as entidades competentes, que tudo se resolva.

—Sim, mas vocês têm possibilidade de pôr a empresa a funcionar..

A—Nós não, para isso precisamos de capital não é?

B—Até por causa do trabalho de escritório.

—Sim, mas por exemplo, há um caso de uma fábrica de malhas de Coimbra, e de duas fábricas em Lisboa (Sogantal e Chaminha), em que os trabalhadores estão a vender o que tinham produzido.

Nós, para já ainda não pensamos nessa possibilidade, nem queremos pensar para já. A nossa posição está a ser esta: esperamos que as entidades cá venham e que de uma maneira ou de outra que isto continue. Mas isto também pode chegar a um extremo em que nós comecemos a perder a cabeça, não é?

—Enquanto vocês têm estado a ocupar as instalações houve alguma tentativa para não vos deixar entrar, tirar-vos de cá de dentro, levar máquinas ou levar material?

A—Não, mas levar material houve.

B—Sim, uma das razões da ocupação foi precisamente essa. Há aqui

obra já executada e nós agora combinamos que eles não tiravam daqui mais nada enquanto não fosse resolvida a situação. Outra das razões que nos levou a esta situação foi o facto de que na antevéspera do encerramento ele tinha dito que afinal era justo que trabalhassemos só até sexta-feira, pois o mês acabava no meio da outra semana. Como se nos estivesse a fazer um favor! Quando nós sobremos que não era favor nenhum pois ele tinha recebido uma encomenda de um cliente cá do Porto, que depois de feitas as contas aos dias de trabalho, ele verificou que dava para acabar esse trabalho até ao fim da semana! Foi essa, como disse, outra das razões que nos levou à ocupação.

—Sabem mais ou menos o valor das mercadorias que produziram durante um mês?

—Agora é difícil. Noutros tempos sabíamos, porque quando a mercadoria saía daqui para os clientes levava o preço. Mas depois a manobra teve que ser outra, já não podia ir com o preço.

Se esse senhor, o sócio capitalista, precisasse disto para comer, procurava por todos os meios possíveis e imaginários que isto fosse avante, mas como não precisava disto para comer, não se lembra da barriga de nós todos e das nossas famílias.

—Querem acrescentar mais alguma coisa?

—Só queria acrescentar que a ocupação decorre normalmente, não há desatocamento nenhum, pelo contrário, agora era ele que nos queria proibir de receber aqui as pessoas que vêm falar connosco, pessoas que pretendem inteirar-se da situação, que pretendem ajudar para que se resolva a situação mais depressa. Ele queria que nós fôssemos pedir autorização para deixar entrar pessoas aqui. Mas pode começar a mentalizar-se que daqui a pouco vai ter de ser ele que vai ter de começar a pedir autorização para entrar cá dentro. Não tenha dúvidas...

É PRECISO TRABALHAR

(Continuação da pág. 8)

limaud e banqueiros prevêm, não será certamente aquilo que os trabalhadores desejam, pois os seus investimentos não serão em locais onde não haja lucro, como escolas, creches e hospitais, mas sim em locais onde tenham uma boa margem de lucro.

O problema do desemprego é também uma questão que eles não pretendem resolver, pois sabemos que quanto maior for o número de desempregados mais possibilidades eles têm de explorar os operários, isto é, se não existir desemprego nós podemos exigir os salários que consideramos justos.

Pois bem camaradas, só uma sociedade dirigida e controlada pelos trabalhadores que nos surgem e pôr esta sociedade ao serviço de todos aqueles que trabalham.

Jornal da Greve (suspensa) dos trabalhadores da EFACEC, nº 21 de 26 de Agosto.

DOS LEITORES

Camaradas:

Tem o vosso jornal informado regularmente das diferentes lutas que os trabalhadores desencadeiam contra a ditadura capitalista, apresentando extractos de diversos jornais de fábricas. Sugeriria, que vocês vendessem esses jornais contra pedido — portanto, elaborariam uma lista de preços e jornais a fim de que os leitores os pudessem pedir, pagando-os imediatamente — e criassem um apêndice ou separata só dedicado à divulgação desta imprensa.

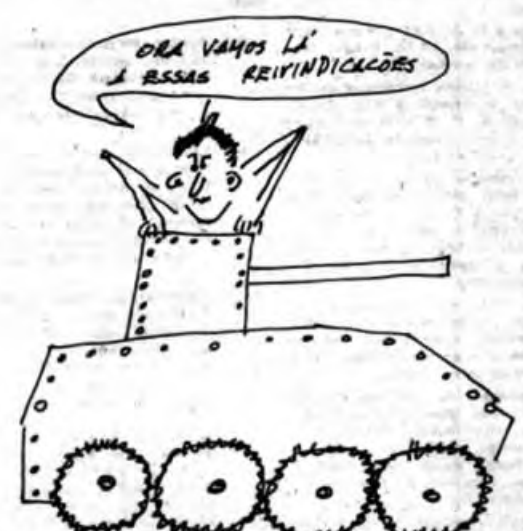
Seria uma forma de apoio a essas lutas e consequentemente à luta dos trabalhadores.

Sugiro também que a vossa apresentação gráfica se modifique. Os jornais latino-americanos são um bom exemplo a seguir (exemplo, o jornal do M. I. R.).

Os cartões, os desenhos são para além de desenvolverem a arte proletária, uma forma de interpretação visual mais acessível por vezes que o texto.

Um leitor assinante

ESTE JORNAL DÁ A PALAVRA AOS TRABALHADORES EM LUTA. É ESSA A NOSSA RAZÃO DE SER. PARA QUE ESTE JORNAL SEJA, CADA VEZ MAIS, A LIVRE VOZ DOS EXPLORADOS E DOS OPRIMIDOS, É NECESSÁRIO QUE TODOS NOS ESCREVAM.



A REPRESSÃO CONTINUA

Assistimos desde Agosto a uma escalada da repressão. Esta situação tem traduzido a necessidade de uma resposta das forças interessadas na modernização e «racionalização» do capitalismo português ao crescimento da luta autónoma dos trabalhadores, interessados na destruição desse mesmo capitalismo.

Sabemos que dentro deste processo de modernização, conduzido pelo capital, nem a Junta, nem a coligação governamental, nem o Movimento das Forças Armadas são blocos homogêneos, mas seja qual for a forma de que se revestir, essa modernização só virá a ser conseguida à custa do reforço da exploração das classes trabalhadoras.

A oposição ao desenvolvimento das lutas dos trabalhadores, por um lado, e as contradições dentro dos grupos dirigentes, por outro, expressam-se neste momento a diferentes níveis, desde o processo de descolonização até ao controle da informação e à tentativa de enquadramento da luta operária (lei da greve).

Dentro da linha de actuação conduzida face à greve dos CTT — por um lado tentativa de divisão dos trabalhadores pelas organizações reformistas, por outro intervenção do Exército que, se em Lisboa não chegou a actuar, ao contrário do Porto, foi graças à determinação dos milicianos Anjos e Marvão (que ainda se encontram presos ao contrário de fascistas notórios como Casal Ribeiro, Moreira Baptista e Silva Cunha) — desenvolveu-se a repressão à luta dos trabalhadores da TAP. Se a

actuação de Anjos e Marvão veio mostrar que nesse momento o Exército não estava completamente controlado, a criação do COPCON aparece como uma necessidade para o poder em ter ao seu dispor um corpo armado, perfeitamente disciplinado e eficaz na dissuasão das lutas operárias. A sua passividade face ao motim dos pides, não conseguindo sequer, até ao momento, operar a transferência dos cabecilhas para Caxias, contrasta com as rápidas ocupações do Jornal do Comércio e da TAP e a dissuasão de manifestações populares (manifestação pela libertação de Anjos, Marvão e Saldanha Sanches e manifestação do Rossio pelo levantamento da proibição do jornal «Luta Popular»). O motim dos pides fez reaparecer a P. S. P. como garante da ordem, agora «democráticas». Se a polícia de choque fora formalmente dissolvida, a violência da sua actuação aquando do comício anticolonial do Rossio, que se saldou pela morte de Vítor Bernardes, veio demonstrar que a P. S. P., saneada ou não saneada, continuará a assumir sem qualquer alteração o seu papel natural de estrutura repressiva ao serviço da classe dirigente.

A resistência dos trabalhadores da informação à tentativa do grande capital de retomar o controle absoluto dos seus jornais deu origem à greve do Jornal do Comércio. Ao mesmo tempo, os despedimentos de dois jornalistas do Diário de Lisboa, posteriormente ratificados em reunião do conselho de redacção com os votos dos reformistas, mostra que as organizações reformistas entendem delimitar e dominar perfeitamente o campo das liberdades democráticas.

DESPEDIMENTOS NO DISTRITO DE BRAGA DE QUE TEMOS CONHECIMENTO (DEPOIS DO 25 DE ABRIL)

EMPRESA	LOCAL	ACTIVIDADE	PESSOAS DESPEDIDAS			CAUSAS INVOCADAS PELO PATRAO
			H	M	T	
Confecções PALMELIA	Braga	Confecções	54	54		Agravamento salarial (1)
Abílio José Oliveira	Braga	Metalurgia	3	3		
Confecções MARFIL	Barcelos	Confecções	16	16		
Adelino Jorge Lemos	Famalicão		2			
Confecções MONTINHO	V. Verde		13	13		
PINUS, LDA.	Braga	Madeiras	5			
Fábrica malhas LIPOTEX	Barcelos	Textil	29	29		
Comp. Fabril CAVADO	Braga		7	7		
Textil MACOPER	Famalicão		38	38		
Fábrica malhas DAMAO	Braga	Malhas	12	12		
Fab. Cerâmica Barcelos	Barcelos	Cerâmica	4	4		
José Joaquim Rodrigues	Braga	Const. Civil	8	8		Falta Mercado
Francisco M. Oliveira	Famalicão	Malhas	6	6		Falta Mercado
Freitas, Dias C. Lda.	Famalicão	Malhas	15	15		
José da Silva Mendanha	Póvoa de Lanhoso	Const. Civil	3		3	Falta Materiais
Fab. confecções GORI	Póvoa de Lanhoso	Confecções	4		4	Falta Encomendas
ETOR-Texteis Artificiais	Famalicão	Textil	20	19	30	
Fáb. Malhas DELOR, LDA.	Barcelos	Confecções		66		
Cardoso da Saudade	Braga	Confecções	15	15		
Fab. Malhas TIROL	Barcelos	Malhas	28	23		Agravamento Salarial (1)
A. Oliveira	Braga	Confecções	66	66		Dificuldades económicas
Fáb. Malhas MENA	Barcelos	Malhas	5	5		
Barros e Rodrigues	Braga	Maquinaria	5	5		
Alfredo Graça Martins	Barcelos	Malhas	16	16		Falta Mercado
Fáb. Malhas LUQUIM	Barcelos	Malhas	3	3		Falta Encomenda
Casa de Saúde S. Lázaro	Braga	Saúde	6	6		Dificuldades Financeiras
Fáb. Camisas OURAPEL	Braga	Confecções	19	19		Salário mínimo nacional (1)
Fáb. Camisas RIO HOMEEM	Braga		14	14		Salário mínimo nacional
Fáb. Camisas PRINCESA	Braga		60	60		
Fáb. Camisas B. MACHADO	Braga		15	15		
Fáb. Malhas ESTRELA	Barcelos	Malhas	20	20		
Fáb. Malhas FINK	Famalicão		21	21		
Avelino Silva Lopes	Famalicão	Confecções	2	2		
Manufacturas M. FLEXUS	Famalicão	Guarda-sóis	12	12		
Fáb. Malhas GEAO	Barcelos	Conf. Malhas	30	30		
Fáb. Confecções Texteis ANTOLI	V. Verde	Textil	24	24		
FRANCOR	Braga	Fab. Malhas	10	10		
FUMBRAL	Braga	Metalurgia	27	27		
Fáb. Malhas TIWA	Barcelos	Malhas	4	4		
António Barbosa Cruz	Barcelos	Malhas	12	12		Encerramento Agravamento salarial
Fáb. LUSITANA	Braga	Pastelaria	2	2		
Hotel JOAO XXI	Braga	Hotelaria	2	2		
Fáb. Confecções SANDE	Braga	Confecções	15	15		
Confecções Sousa Lopes	Barcelos		7	7		

TOTAL: 737

CONTRA OS DESPEDIMENTOS

(Continuação da pág. 7)

descontos. Se tais fundos se mostrarem insuficientes o Governo Provisório tem de os aumentar através de contribuições pagas pelo patronato.

O Governo Provisório tem de obrigar os capitalistas a garantirem o trabalho a todos os trabalhadores portugueses. Para tal, tem de proibir os despedimentos colectivos enquanto não for revogada toda a legislação fascista, e os despedimentos sem justa causa. Para tal, terá de subsidiar as empresas apenas quando esta for a única solução para não se verificarem despedimentos, e não para auxiliar os capitalistas a aumentarem os seus lucros.

O Governo Provisório e o M. F. A. têm de tomar medidas que façam com que os causadores da crise e do desemprego, os patrões, que tanto serviram e se serviram do regime fascista, sejam quem a pague.

Isto é o que o Governo Provisório tem de fazer para respeitar os compromissos que assumiu face aos trabalhadores portugueses, cumprindo integralmente o programa do M. F. A., e não tentando limitar as nossas lutas através de decretos como o da greve e do lock-out, que nós trabalhadores repudiamos firmemente.

IV — O QUE NÓS TRABALHADORES TEMOS DE FAZER

Somos nós quem tudo produz, somos nós que fazemos as fábricas e os lucros do patronato, portanto não podemos admitir ser postos na rua quando o patrão quem manter ou aumentar os seus lucros.

As ameaças de despedimento temos de responder com a força imensa da nossa unidade activa e consciente.

Nós trabalhadores, que financiámos a guerra colonial com milhões de contos que com o nosso trabalho metemos na Previdência, não podemos permitir que os patrões financiem agora à custa do nosso maior esforço e da nossa miséria a reconversão da indústria que lhes permitirá explorar-nos mais intensamente e mais facilmente.

E chegada a altura de dizermos não aos despedimentos!

E chegada a altura de obrigarmos os patrões a pagar a crise por eles desencadeada!

E chegada a altura do Governo Provisório e do M. F. A. cumprirem aquilo a que se obrigaram perante todos nós trabalhadores!

Mas é, sobretudo, chegada a altura de todos nós trabalhadores nos unirmos na luta contra a exploração capitalista na luta contra os despedimentos, pela garantia do salário e do trabalho.

— SO UNIDOS VENCEREMOS!

— CONTRA OS DESPEDIMENTOS E ENCERRAMENTOS!

— PELA PROIBIÇÃO DE DESPEDIMENTOS SEM JUSTA CAUSA!

— PELA GARANTIA DE SALÁRIO E EMPREGO!

— ABAIXO A REACÇÃO!

— ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

— ABAIXO A REACÇÃO!

— ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

— ABAIXO A REACÇÃO!

— ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis e Vestuários do Sul.



POR QUE POLICIA SUSPIRA O GEN. GALVÃO DE MELO AO COMPARAR O 25 DE ABRIL COM O golpe BRASILEIRO DE 64?

IMÉS PEREIRA
Imés Etienne Romeu começou a trabalhar político Carmente em 1961. Tinha 18 anos. Após o golpe de Estado de 1964, a repressão tornou-se feroz, mas Imés continua a sua luta e passa a clandestinidade. A 5 de Maio de 1971, ao dirigir-se a um encontro político em S. Paulo é presa pela polícia política.

Desde que entra na prisão é submetida à tortura do "pau-de-arara", bateu-lhe e submetem-na a choques na vagina... Quando transferida para o Pó do Tatuado, tenta suicidar-se deitando-se para debaixo de um autocarro, que lhe parte as pernas. Transportada de urgência para o hospital consegue dizer o seu nome o que lhe visa a salvar a vida. A polícia leva-a do hospital recomeçando a tortura-la o que dura mais 100 dias. Não conseguindo obrigá-la a denunciar e não podendo fazê-la desaparecer pois toda a gente sabia, agora onde estava, entrega-a à família.

Pesava 28 quilos. A polícia tentou mais uma manobra, que ela tentasse fugir, para a matar: "fisiometria política em fuga". Ela não cai nesta

armadilha e escreve a todas as autoridades denunciando os seus tortionários.

Grávida no sequestramento de diversas violações de que fora vítima durante a prisão, aborta.

A única resposta às suas cartas é um mandato de Captura. Condenada à prisão perpétua, é levada para a prisão de Bangú, cujas condições prisionárias são péssimas.

NORMA PEREIRA. Norma Sá Pereira, 25 anos, estudante, presa em S. Paulo pela polícia Política a 5 de Abril deste ano. O seu nome consta de uma lista de pessoas que as forças repressivas brasileiras têm sistematicamente assassinado, o que faz acreditar que a sua vida se encontra seriamente ameaçada.

Seu pai, o advogado Augusto Sá Pereira e toda a sua família tentam descobrir em que prisão se encontra. Até ao momento as suas tentativas têm sido infrutíferas - as autoridades policiais militares e do Ministério da Justiça recusam-se a dar a menor indicação.

(texto segundo notícias do América Press.)



SERÁ ESTE O LADO "BOM" DA NOVA - PIDE QUE O GENERAL QUER MONTAR EM PORTUGAL?